Revisão do
Plano Diretor Municipal

LIMEIRA - SP

Etapa 1: Mobilização e Plano de Trabalho

Relatório 2

Plano de Trabalho

Versão Revisada

Revisão do
Plano Diretor Municipal
de Limeira - SP

Etapa 1 – Relatório 2

Plano de Trabalho

Relatório técnico contendo a definição de estratégia de comunicação do Plano Diretor, detalhamento do Plano de Trabalho e a elaboração de cronograma físico com todas as etapas, atividades, produtos e eventos.

Novembro, 2024

APRESENTAÇÃO

Este documento é relativo ao **Relatório 2 da Etapa 1** da revisão do Plano Diretor (PD) Municipal de Limeira e da Elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Contempla a definição de estratégia de comunicação do Plano Diretor, detalhamento do Plano de Trabalho e a elaboração de cronograma físico com todas as etapas, atividades, produtos e eventos. Os serviços pertinentes ao objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 95/2024, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Limeira e a TESE Tecnologia Arquitetura e Cultura. Estão em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Concorrência Pública Serviços nº 170/2023, certame que ensejou a contratação da empresa como licitante vencedora.

TESE Tecnologia Arquitetura e Cultura

Curitiba / novembro de 2024

EQUIPE DA CONSULTORIA

COORDENAÇÃO

Patricia Costa Pellizzaro - Coordenação Geral
Letícia Schmitt Cardon de Oliveira - Coordenação Geral Adjunta
Mirna Luiza Cortopassi Lobo - Coordenador Urbanístico
Isa Raquel Silva Ota Hernandez - Coordenador Jurídico
Stefania Poeta Pontes - Coordenador Social
Diogo Cortopassi Lobo - Coordenador de Geotecnologia
Luiz Gustavo Andreguetto - Consultor Ambiental

EQUIPE TÉCNICA

Engenheira Ambiental
Lidia Sayoko Tanaka

Desenvolvimento Econômico
Michelli Gonçalves Stumm

Saneamento Básico
Engenheira Civil Maria Alice S. C. Soares

Mobilidade Urbana
Engenheiro Civil Nilo Aihara

Direito Urbanístico
Advogada Márcia Valéria dos S. Barbosa

EQUIPE DE APOIO COMPLEMENTAR

Arquitetas e Urbanistas
Ana Paula Nóbrega
Caroline Nayara Rech
Letícia Schmitt Cardon de Oliveira
Nathalia Laurito de Campos
Renata Lazinski Silva
Sandra Mayumi Nakamura

Geólogo
Gilliano Antonio Ribeiro

Engenheiro Civil
Bruno Ruchinski De Souza

Economista
Vitor dos Santos França

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO[1]

Conforme a Portaria N° 1.991, de 16 de agosto de 2024, que cria a Comissão para acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal e elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

REPRESENTANTES

Da Secretaria Municipal de Urbanismo

Matias Razzo
Michelle Maria Bais
Luis Paulo Domingos Mendes
Fernanda Rasera Sabadin

Da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

Juliana Pereira da Silva Gomides

Tais Franco de Oliveira Melo

Da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Tiago Bacarin Custodio

Isabel Nunes Lopes de Carvalho

Da Secretaria Municipal de Habitação

Marcela Provinciatto Siscâo Malagon

Da Secretaria Municipal de Saúde

Renata Martins

Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação

Marcelo Bueno dos Reis

Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

Douglas José Bergamo

[1] A ser denominada de Equipe Técnica Municipal ao longo do processo de revisão do PD e elaboração da LUOS.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **3**

SUMÁRIO **4**

EQUIPE DA CONSULTORIA **4**

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO **5**

LISTA DE FIGURAS **8**

LISTA DE QUADROS **8**

LISTA DE SIGLAS **9**

1 INTRODUÇÃO **10**

2 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO **14**

2.1 Identidade visual do plano diretor 14

2.2 Espaço digital do projeto 14

2.3 Repositório *on-line* de arquivos 15

2.4 Ferramentas de reuniões *on-line* 15

2.5 Redes sociais 15

2.6 Imprensa e publicidade 16

3 PROPOSIÇÃO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO **17**

3.1 Principais agentes envolvidos 17

3.1.1 Agente executor 18

3.1.2 Agente legitimador 18

3.1.3 Agente técnico 19

3.2 Premissas metodológicas da participação 19

3.3 Metodologia participativa 19

3.3.1 Grupos focais 20

3.3.1.1 World Café 20

3.3.1.2 Nuvem de palavras (*Word Cloud*) 22

3.3.2 Questionário 23

3.4 Reuniões Técnicas 24

4 ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM **24**

4.1 Princípios fundamentais 24

4.1.1 Princípio da humanização da cidade 25

4.1.2 Princípio da competitividade (propostas de inserção no novo momento econômico) 25

4.1.3 Princípio do desenvolvimento territorial e ambiental 25

4.1.4 Princípio da sustentabilidade 26

4.1.5 Princípio da participação social e governança pública 28

5 DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE TRABALHO 31
5.1 Atividades para o desenvolvimento dos relatórios 31
5.1.1 Levantamento de dados e informações – Análises físico territoriais 31
5.1.2 Sistematização e análise das informações 32
5.1.3 Técnicas de cartografia, geoprocessamento e integração de dados 33
5.1.4 Estruturação do banco de dados 33
5.1.5 Conhecimento da realidade fática do município 33
5.1.6 Processamentos de dados, sobreposições geográficas e realização de análises 35
5.1.7 Identificação das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades 36
6 ETAPAS E ATIVIDADES PREVISTAS 37
6.1 E.1 - Mobilização e Plano de Trabalho 40
6.2 E.2 - Levantamento e Análise de Dados (Leitura Técnica) 42
6.3 E.3 - Leitura Comunitária 43
6.4 E.4 - Prognóstico e Proposta do PD 44
6.5 E.5 - Consolidação da Minuta de Lei do PDM 46
6.6 E.6 - Proposta de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) 47
6.7 E.7 - Índices e Parâmetros do Uso e Ocupação do Solo 48
6.8 E.8 - Proposta da Minuta de LUOS 49
6.9 E.9 - Consolidação da Minuta de LUOS 50
7 EVENTOS PARTICIPATIVOS 51
8 CRONOGRAMA 56
REFERÊNCIAS 58
ANEXOS 60
Anexo A - Revisão do Plano Diretor Municipal de Limeira – SP | Checklist 61
Anexo B - Revisão do Plano Diretor Municipal de Limeira – SP | Checklist Rural 96
Anexo C - Conselhos Indicados pela Equipe Técnica Municipal 103
Anexo D – Questionário 106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma de Relacionamento e Comunicação 18
Figura 2: Ilustração da Dinâmica do *World Café* 21
Figura 3: Exemplo de Nuvem de Palavras 23
Figura 4: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 27
Figura 5: Desempenho por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS de Limeira 28
Figura 6: Espacialização das regiões que ocorreram o reconhecimento do território 35
Figura 7: Exemplo de CDP 37
Figura 8: Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Revisão do Plano Diretor e Elaboração da LUOS de Limeira – SP 39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Alterações realizadas na Lei Complementar nº 422, de 12 de janeiro de 2009 12
Quadro 2: Formas de Divulgação dos Eventos Participativos 17
Quadro 3: Etapas de Elaboração da Análise dos Meios Físico, Biológico e Antrópico 31
Quadro 4: Síntese dos Eventos Participativos 52
Quadro 5: Cronograma de Revisão do PD e Elaboração da LUOS de Limeira 57

LISTA DE SIGLAS

AU	Aglomerações Urbanas
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDP	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
EAP	Estrutura Analítica do Projeto
EC	Estatuto da Cidade
EM	Estatuto da Metrópole
ETM	Equipe Técnica Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC	Índice Geral de Cursos
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei do Orçamento Anual
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PD	Plano Diretor
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMP	Região Metropolitana de Piracicaba
SEPLAN	Secretaria de Planejamento Urbano de Limeira
SGB	Sistema Geodésico Brasileiro
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SP	São Paulo
TR	Termo de Referência
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

1 INTRODUÇÃO

Em 2001, 13 anos após a promulgação da Constituição, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, que além de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição, estabeleceu que o Plano Diretor Municipal deve constituir o instrumento legal orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana, cabendo a ele garantir a função social da propriedade, assegurando a todos os cidadãos o acesso à terra urbanizada e regularizada e reconhecendo o direito à moradia e aos serviços urbanos.

Assim, sob a ótica do Estatuto da Cidade (EC), é importante considerar na presente revisão do PD de Limeira, não só os avanços das duas últimas décadas como dar um passo à frente, implementando, através das tecnologias de geoprocessamento que avançaram de forma surpreendente e com custos mais acessíveis, desenvolvendo com maior precisão e capacidade de monitoramento, a territorialização dos instrumentos legais do EC, principalmente em sua correlação com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), e outros instrumentos urbanísticos, como por exemplo, a transferência do direito de construir, a outorga onerosa do direito de construir, dentre outros. Sem dúvida, a demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) promove o ordenamento territorial voltado ao direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, caminhando no sentido de cidades sustentáveis para as presentes e futuras gerações.

Na revisão do PD de Limeira, além da contextualização legal descrita, considerando o fato do município estar inserido na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP), existem regramentos de planejamento e política urbana inerentes ao Estatuto da Metrópole (EM), que devem ser compatibilizados com o planejamento municipal. De fato, cria a Lei Federal n° 13.089 de 2015, mecanismos de planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum, com a introdução dos conceitos de gestão plena e governança interfederativa, que podem otimizar o desempenho e o ordenamento territorial dos municípios. A RMP foi institucionalizada em 24 de agosto de 2021, pela Lei Complementar Estadual nº 1.360. Com uma área de 7.860,85 km² congrega aproximadamente 3,4% da população estadual e percentual equivalente do PIB. É integrada por 24 municípios, entre os quais Limeira, com 291.869 habitantes (IBGE, 2022), é o segundo maior município. A efetividade das políticas e projetos traçados no contexto da regionalização requer, portanto, a harmonização das políticas de planejamento, gestão e execução de funções públicas de interesse comum, de um lado, com as ações urbanísticas para que não continuem a ser realizadas de modo isolado. O EM visa assim harmonizar os ordenamentos locais com as políticas regionais no sentido de evitar que políticas públicas e projetos se choquem, aniquilando-se ou prejudicando-se reciprocamente, contendo algumas regras de coordenação ou articulação.

Em 2018, a Lei n° 13.683 refez a redação do art. 1º, § 2º e a tornou mais enxuta. Desde então, passou-se a exigir apenas que disposições do EM sejam aplicadas com a observação das normas gerais do EC, não contendo referência à legislação setorial, mas preservando as seguintes normas: (i) as unidades regionais não poderão ignorar as normas setoriais incidente sobre as atividades públicas rotuladas como funções públicas de interesse comum e (ii) as

normas especiais, quando logicamente aplicáveis ao contexto regional, prevalecerão sobre as normas gerais.

A relação do EC com o EM não foi afetada pelas alterações realizadas em 2018. Sabe-se que o EC contém três grandes conjuntos de normas: (i) as que definem diretrizes gerais de desenvolvimento urbano; (ii) as que oferecem aos Municípios um elenco de instrumentos, que confere aos Municípios a faculdade de utilizá-los mediante previsão em seu PD e (iii) normas que tratam de responsabilidade, principalmente das hipóteses de improbidade urbanística.

As unidades regionais serão afetadas principalmente pelo primeiro conjunto de normas: as diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, como as de integração e complementariedade entre atividades urbanas e rurais, de adequação das políticas econômicas, tributárias e financeiras ao desenvolvimento urbano, de recuperação dos investimentos públicos que tenham gerado valorização imobiliária (art. 2º do Estatuto da Cidade). Assim as diretrizes do EC se somam às específicas para as unidades regionais, como a de compatibilização dos planos plurianuais, a de integração de alocação de recursos e prestação de contas, a de compartilhamento de responsabilidades.

Quanto às regras do EC referentes aos instrumentos de política urbana - como IPTU progressivo, transferência de direito de construir, consórcio imobiliário - necessitarão ser observadas pelas unidades regionais desde que o Estado e os Municípios envolvidos desejem utilizar a faculdade, de estabelecimento de zonas, dentro da unidade regional, para emprego compartilhado de instrumentos do Estatuto da Cidade. Assim, os atos de criação de certa RM poderão prever a utilização conjunta de transferência de direito de construir, permitindo que esses direitos se desloquem de certa zona localizada no território do Município A para zona do Município B, ultrapassando as fronteiras locais dentro da unidade regional. A articulação de políticas públicas e ações aparece em outros dispositivos do EM, como os seguintes, dentre outros: (i) estender as normas de gestão democrática do EC ao âmbito regional; (ii) elaborar planos setoriais interfederativos em harmonia com os PDUI; (iii) o plano de desenvolvimento urbano integrado não afasta a obrigatoriedade de PD nos termos do EC; (iv) a exigência dos municípios participantes de Regiões Metropolitanas (RMs) e Aglomerações Urbanas (AUs) na compatibilização do PD com o PDUI Metropolitano; (v) viabilizar a criação de operações urbanas consorciadas interfederativas dentro da unidade regional.

O PD de Limeira, enquanto instrumento orientador e articulador dos demais instrumentos que compõem o sistema de planejamento municipal, deve-se articular com:

1. Plano Plurianual – PPA, cuja duração deve estabelecer-se até o primeiro ano do mandato subsequente, fixando objetivos, diretrizes e metas para os investimentos;
2. a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, compreendendo as metas e prioridades que orientarão a elaboração do orçamento anual;
3. a Lei do Orçamento Anual – LOA, compreendendo o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas em que o município detenha maior parte do capital social.

Para sua revisão, o PD de Limeira deverá ser compatível também com o constante nos

seguintes instrumentos:

1. a Lei Orgânica do Município;
2. os Planos Setoriais do Governo do Estado de São Paulo;
3. a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal; e
4. a Agenda 21 da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente no que se refere a: (i) promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos; (ii) integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões; e (iii) iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21.

O Plano Diretor Territorial-Ambiental do Município de Limeira é estabelecido pela Lei Complementar nº 442, de 12 de janeiro de 2009, na qual consta a aprovação do plano diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).

A LC nº 442, de 12 de janeiro de 2009 recebeu 25 alterações no período entre 2009 e 2024, por meio de leis complementares, conforme aponta o quadro a seguir:

Quadro 1: Alterações realizadas na Lei Complementar nº 422, de 12 de janeiro de 2009

Lei Complementar	Alteração
476/09	Substitui anexos. Criação do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial Ambiental, determinações técnicas e de responsabilidades. Alteração de zoneamentos e disposições sobre ocupação do solo. Alterações nas definições de expressões usadas.
500/09	Substitui anexos. Altera texto sobre loteamentos.
539/10	Substitui anexos. Atualiza texto sobre macrozonas e zoneamento.
551/10	Substitui anexo 24.
649/12	Substitui anexos. Alteração nos Corredores de Desenvolvimento Urbano Regional, ZCO, alteração da lista de imóveis de interesse histórico. Alterações nas definições de expressões usadas. Alteração de zoneamentos e disposições sobre ocupação do solo.
671/13	Substitui anexos. Alterações na composição e estrutura do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão. Alterações nas definições de expressões usadas.
689/14	Alterações na composição e estrutura do Comissão de Estudo e Análise de Ocupação do Solo – CEAUOS.
704/14	Substitui anexos.
708/14	Substitui anexos. Altera Macrozonas Rurais. Definição. Altera lista de ZIEs.
709/14	Substitui anexos. Alterações na composição e estrutura do Comissão de Estudo e Análise de Ocupação do Solo – CEAUOS.
710/14	Substitui anexos.
715/14	Alterações na composição e estrutura do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão.
719/14	Substitui anexos. Altera lista de ZIEs.
732/15	Substitui anexos. Atualiza questões sobre Zoneamento. Alterações na composição e estrutura do Comissão de Estudo e Análise de Ocupação do Solo – CEAUOS.
744/15	Alterações na composição e estrutura do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão. Alterações na composição e estrutura da Comissão de Estudo e Análise de Ocupação do Solo – CEAUOS.
765/16	Substitui anexos. Alteração de zoneamentos e disposições sobre ocupação do solo.
787/17	Substitui anexo 24.

Lei Complementar	Alteração
797/17	Substitui anexos. Atualiza a lista de áreas de interesse à preservação ambiental. Alterações nas definições de expressões usadas.
826/19	Substitui anexos. Substituiu parte do texto da 708/14, 719/14 732/15 e 539/10. Atualiza o texto sobre Macrozonas Rurais. Altera lista de ZIEs. Alterações na composição e estrutura do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão. Alterações na composição e estrutura do Comissão de Estudo e Análise de Ocupação do Solo – CEAUOS.
828/19	Revoga: Art.61 e Art.102.
851/19	Substitui anexos. Adiciona o texto sobre ZCO–REG (Corredores de Desenvolvimento Regional) Atualiza o Art. 114 (sobre exploração mineral)
863/2020	Altera permissões empresariais indicadas no anexo 24.
935/2023	Atualiza o Art. 55 (sobre Habitação de Interesse Social - HIS e Habitação de Mercado Popular – HMP)
957/2024	Substitui anexos. Atualiza texto sobre macrozonas e zoneamento.
960/2024	Atualiza o Art. 182 (sobre Loteamento Fechado - Loteamento de Acesso Controlado, e regido pela Lei Federal 6766/79)

Fonte: Elaborado por TESE, 2024.

As alterações realizadas nesse período correspondem na sua maioria a alterações de listas de nomenclaturas, atualizações de composição e estrutura nos conselhos e comissões, atualizações dos anexos (em grande parte representando modificações pontuais em limites de zoneamentos e macrozoneamentos), além de alterações em permissões de uso comercial em zonas especiais. A Alteração mais significativa foi realizada pela LC n° 826/2019 que abrangeu grande parte do texto da lei. Apesar dessas alterações a lei está fortemente embasada nas análises originais do Plano Diretor Territorial-Ambiental realizado em 2008.

Conforme o EC os planos diretores devem ser revistos a cada 10 anos, o prazo para a revisão do plano diretor de Limeira era até 12 de janeiro de 2019, tornando a realização da revisão uma questão imprescindível para o município, uma vez que o cenário urbano e socioeconômico atual difere em muitas questões se comparado ao cenário de 2009. O estabelecimento de um plano diretor que esteja alinhado com a realidade e as tendências de evolução urbana é o melhor instrumento que uma administração municipal pode ter para garantir o desenvolvimento urbano com qualidade e de forma sustentável. Apesar do plano municipal estar desatualizado, o município possui, como instrumento norteador para o seu desenvolvimento, o Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana de Piracicaba realizado recentemente, entre 2021 e 2022, que também poderá ser um balizador no processo de revisão do PD e elaboração da LUOS em andamento.

2 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. Para que isso ocorra, é necessária a criação de mecanismos de comunicação eficazes, com formatos de mobilização includentes, que possibilitarão a participação conjunta das diversas instituições públicas e organizações da sociedade civil interessadas no processo de discussão da legislação municipal.

Os instrumentos de publicidade da revisão do PD e da Lei de LUOS deverão:

- estabelecer vias de comunicação e divulgação do processo em questão, em linguagem acessível e de fácil compreensão abrangendo todos os segmentos da sociedade;
- garantir o acesso aos relatórios, documentos, cronograma, registros de reuniões e legislação do PD e LUOS;
- garantir a divulgação do plano e de seus eventos, principalmente reuniões e audiências públicas;
- criar canal de comunicação entre a sociedade e a Prefeitura Municipal, na figura da Equipe Técnica Municipal.

Propõe-se que o plano de comunicação e mobilização dos trabalhos a serem realizados seja viabilizado, principalmente, pelo uso das seguintes ferramentas e estratégias:

2.1 Identidade visual do plano diretor

Com o objetivo de promover e caracterizar a identidade visual do Plano Diretor, é importante desenvolver uma logomarca que, além de constar em todos os documentos a serem produzidos, será utilizada para a divulgação dos eventos, ficando a critério da Prefeitura Municipal. Espera-se que, deste modo, seja construído um elemento que possa ser reconhecido e incorporado por toda a comunidade, facilitando o processo de comunicação e relacionamento entre os diversos agentes do plano.

2.2 Espaço digital do projeto

Deverá ser criado um espaço digital no formato de um *site* específico ou no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal para conter as comunicações sobre a Revisão do Plano Diretor Municipal de Limeira, onde serão apresentadas informações acerca do processo de revisão, com abordagem simples e didática, possibilitando a compreensão e envolvimento de todos que o acessem. Também serão disponibilizados os relatórios/documentos a serem produzidos, além da divulgação dos eventos. Sugere-se a inclusão de um banner que direcione o usuário ao ambiente do Plano Diretor, a qual deverá estar atualizada com notícias, informações, divulgação de eventos e documentos produzidos.

Ressalta-se que todo o conteúdo a ser divulgado no espaço digital passará pela análise e aprovação da equipe técnica municipal nomeada através da Portaria nº 1.991/2024, e

eventuais alterações, e ficará sob a responsabilidade do setor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Limeira.

A TESE será responsável por encaminhar os documentos e notas para publicação após a anuência da Equipe Técnica Municipal.

Esta plataforma também contará com espaço para envio de sugestões e formulários na etapa de leitura comunitária e etapas posteriores que envolvem proposição.

2.3 Repositório *on-line* de arquivos

Será importante a definição de um repositório *on-line* com acesso por link através do qual o usuário será direcionado para uma pasta onde estarão disponíveis todos os arquivos já levantados para consulta, podendo ser nela inseridos quaisquer novos dados encontrados durante o processo. Os materiais poderão ser, sistematicamente, listados em uma planilha, com as informações como nome do documento e seu respectivo link de acesso.

Além disso, no repositório também constarão as últimas versões de cada produto ou subproduto entregues ao Contratante.

2.4 Ferramentas de reuniões *on-line*

Diante da necessidade de realizar reuniões periódicas e da localização variada das equipes da TESE e do Contratante, é importante apostar em tecnologias e ferramentas que tornem tal processo mais eficaz para o bom andamento dos trabalhos.

As reuniões *on-line* representam um avanço significativo para o cotidiano de trabalhos técnicos, viabilizando que os mais variados temas sejam tratados de maneira rápida e interativa independentemente da localização das equipes.

Pode-se elencar diversos ganhos advindos com o uso de tal tecnologia em grupos de trabalhos diversos, dentre os quais destacam-se:

- aumento da eficiência na tomada de decisões;
- mais objetividade e rapidez nas reuniões;
- aumento da produtividade, ao se economizar tempo;
- melhoria significativa na comunicação entre as equipes técnicas;
- melhoria na gestão e acompanhamento por parte do Contratante, pois é possível acompanhar frequentemente os progressos dos trabalhos;
- redução de custos com deslocamento de pessoal.

As principais ferramentas de reuniões on-line utilizadas são o *Google Meet* e o Microsoft *Teams*.

2.5 Redes sociais

Além do espaço virtual de Revisão do Plano Diretor e elaboração da LUOS de Limeira, sugere-se que sejam utilizadas para divulgação dos trabalhos mídias sociais, como por

exemplo, o *Twitter, Instagram* e *Facebook*, dentre outros, a serem avaliados pela Equipe Técnica Municipal, em contas próprias da Prefeitura Municipal de Limeira sob a responsabilidade da área de Comunicação da Prefeitura.

Os públicos impactados serão, a princípio, lideranças Participativas, público interno, instituições e empresas relacionadas, universidades, centros e institutos de pesquisa e instituições públicas.

2.6 Imprensa e publicidade

Além das ferramentas de divulgação mencionadas, sugere-se ainda a adoção dos seguintes processos e atividades:

- Diário Oficial: convocação da sociedade civil para participar de Audiências Públicas e Oficinas Participativas deverá ser publicada no Diário Oficial do Município, com pelo menos 15 dias de antecedência pelo Município;
- Assessoria de Comunicação da Prefeitura: procurará participar e registrar todos os eventos participativos previstos no processo de revisão do PD e elaboração da LUOS, sendo responsável pela sua divulgação na página da internet da Prefeitura Municipal e na imprensa local;
- Imprensa local – jornais e rádios: as Audiências Públicas e Oficinas Participativas sejam divulgadas pela imprensa local, impressa e/ou digital;
- Cartazes e faixas: a TESE indicará o conteúdo; a produção gráfica, reprodução e distribuição são de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Serão utilizados para divulgação dos eventos participativos do PD e LUOS;
- Carros de som: auxiliarão na divulgação das Audiências Públicas e Oficinas Participativas;
- Convite individual: a serem enviados convites impressos e/ou digitais dos eventos previstos no processo de revisão do PD e elaboração da LUOS para representantes de instituições públicas e privadas e da sociedade civil, conforme sugestão encaminhada pela equipe técnica municipal. Os conselhos indicados estão listados no “Anexo C - Conselhos Indicados pela Equipe Técnica Municipal”.

Recomenda-se que todo o material produzido indique os canais de comunicação (*site*, *e-mail*, telefone ou endereço) para que a população possa obter informações e se manifestar durante o processo de revisão do PD e elaboração da LUOS. O envolvimento do município nesta atividade é fundamental para a legitimidade e continuidade do processo de participação durante e após a conclusão deste processo. A TESE prestará assessoria técnica ao município para esclarecer dúvidas e discutir questionamentos recebidos através desses veículos, quando for o caso.

O Quadro 2 apresenta a síntese sugestiva das formas de divulgação dos eventos participativos do PD de Limeira e elaboração da LUOS.

Quadro 2: Formas de Divulgação dos Eventos Participativos

Evento	Diário Oficial	Imprensa da PML	Jornal e Rádio	Cartazes e Faixas	Carro de Som	Convite Individual
Audiência Pública	X	X	X	X	X	X
Reuniões Técnicas						X
Capacitações e Treinamentos						X
Oficinas Participativas		X	X	X	X	X

Elaborado: TESE, 2024.

3 PROPOSIÇÃO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

A metodologia utilizada para a revisão do Plano Diretor e elaboração da LUOS visa privilegiar e proporcionar a participação efetiva dos diversos atores sociais do município. Uma conceituação bastante utilizada para definir a participação da sociedade civil nas ações voltadas ao planejamento é a adotada pelo Banco Mundial: "a participação é um processo por meio do qual os indivíduos e as instituições afetadas por iniciativas de desenvolvimento podem influenciar a tomada de decisões e a alocação dos recursos relacionados a essas iniciativas"[2]. No âmbito deste processo de revisão do PD e elaboração da LUOS entende-se por participação o exercício do direito que todo cidadão possui de se manifestar no planejamento, discussão e decisão das medidas que direta e indiretamente afetarão a sua vida.

Tendo em vista que os municípios brasileiros guardam singularidades físicas, geográficas e socioculturais, assim também as formas de compartilhar as ideias devem ser específicas para cada caso, ainda que o método participativo seja o mesmo na essência.

Deste modo, as metodologias propostas na sequência devem ser entendidas como sugestões que embasarão a construção do processo participativo em parceria com o município. Elas serão debatidas, compreendidas e pactuadas com a Equipe Técnica Municipal ao longo das etapas, integrando conceitos metodológicos à realidade do município ou mesmo aprimorando metodologias participativas que já vêm sendo utilizadas pelo poder público local.

3.1 Principais agentes envolvidos

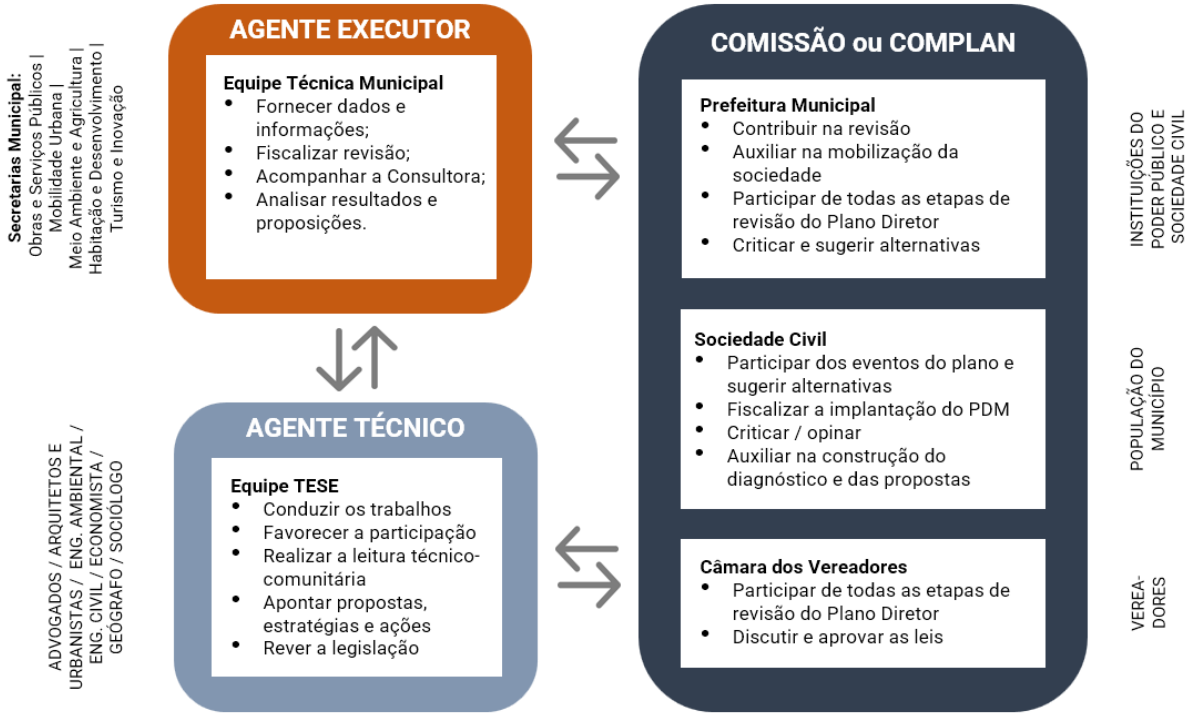
Ao longo da revisão do PD e elaboração da LUOS, serão envolvidos todos os agentes sociais que contribuem na construção da realidade territorial, seja criando regras e fazendo a gestão do território, como ocupando e se apropriando dos espaços municipais. Este envolvimento garante a representatividade no processo em questão. Cada um desses agentes terá responsabilidades específicas e cumprirá um papel determinante ao longo do processo de revisão coletiva do PD e elaboração da LUOS.

A identificação, as responsabilidades e o organograma de relacionamento e fluxos de

[2] Seção VI do *Resource Book on Participation*, publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

comunicação entre os agentes públicos e privados são apresentados na Figura 1.

Figura 1: Organograma de Relacionamento e Comunicação



Elaborado: TESE, 2024.

3.1.1 Agente executor

O agente executor, a ser definido pela Prefeitura Municipal, é também o agente fiscalizador dos serviços técnicos de consultoria, sendo responsável pela supervisão e fiscalização dos processos de revisão do PD e elaboração da LUOS, assim como medições, pagamentos e pareceres técnicos sobre os trabalhos e aspectos legais e de divulgação a eles relacionados. Refere-se à Equipe Técnica Municipal formada pela Portaria nº 1.991, de 16 de agosto de 2024 ou a que vier a substitui-la.

3.1.2 Agente legitimador

Além da equipe técnica municipal, deverá ser formada uma Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor e Elaboração da LUOS, composta por membros da equipe técnica municipal e sociedade civil organizada, a partir do Conselho do Plano Diretor em vigência.

Os vereadores municipais, como representantes da sociedade civil, serão os responsáveis por promover o debate, a publicização do Plano Diretor e LUOS e aprovar os projetos de leis, devendo, portanto, participar de todas as etapas de revisão para apropriação das questões levantadas e apresentação de sugestões e propostas.

Destaca-se, ainda, a população em geral que deverá legitimar o processo através de sua participação na revisão do Plano Diretor e elaboração da LUOS, expressando críticas e

sugestões, e acompanhando e solicitando o cumprimento das diretrizes e propostas pactuadas.

3.1.3 Agente técnico

O agente técnico, representado pela Equipe Técnica da Consultora, tem o papel de executar a revisão do PD e elaboração da LUOS, e será responsável por assessorar tecnicamente os agentes executor e legitimador, além de coletar os insumos necessários ao desenvolvimento das atividades, realizando as etapas previstas e incorporando as discussões e propostas apresentadas nas instâncias de participação popular, desde que compatíveis com os princípios estabelecidos para a Revisão do PD e elaboração da LUOS, apontando as estratégias e ações capazes de viabilizá-las. Deverá também observar as exigências constantes do Termo de Referência, documento norteador dos serviços a serem desenvolvidos.

3.2 Premissas metodológicas da participação

Para garantir que as técnicas utilizadas sejam de fato participativas e se tornem circunstância para o exercício da cidadania, existem critérios básicos definidos desde o Estatuto da Cidade. Entre os principais indicadores que norteiam o processo participativo estão:

- representatividade: todos os segmentos do município, organizados ou não, devem ser inseridos nas discussões e na formulação de propostas do Plano Diretor e LUOS;
- territorialidade: o PD e LUOS deve abranger a totalidade do município (área urbana e área rural) e sua região de influência;
- transparência: o processo é documentado em todas as suas etapas, e pode ser consultado a qualquer momento pelos interessados;
- mobilização: o envolvimento da sociedade privilegia debates abertos e discussões com a comunidade, legitimando o processo decisório e dando crédito ao esforço de configuração do Plano Diretor e LUOS;
- interatividade: troca de saberes entre os atores envolvidos no processo. A participação desempenha importante papel no processo de consolidação das identidades locais e facilita a construção de consensos básicos entre os atores sociais;
- flexibilidade metodológica: abordagem dinâmica da metodologia, ajustada sempre que necessário.

3.3 Metodologia participativa

A dinâmica territorial envolve diferentes agentes, cujos interesses são específicos. Assim, o levantamento da realidade deve tentar ouvir todas as partes envolvidas na dinâmica urbana e rural, de modo que seja possível estabelecer um acordo entre os mais diversos interessados, num esforço para prevalecer o interesse coletivo.

Na medida em que um dos objetivos deste trabalho é a elaboração de propostas de ordenamento territorial de forma democrática, é de suma importância identificar as demandas

e expectativas da população. Neste sentido, durante a revisão do PD e elaboração da LUOS serão realizadas capacitações, reuniões técnicas, oficinas Participativas e audiências públicas.

Um dos maiores desafios postos pela Leitura Comunitária consiste em escolher uma técnica de participação capaz de levantar informações precisas sobre as demandas e expectativas dos diversos segmentos da sociedade. A precisão destas informações é importante na medida em que deverão orientar as propostas do PD e LUOS.

A construção da Leitura Comunitária se dará através da aplicação de diversas metodologias e atividades, sendo descritas a seguir:

3.3.1 Grupos focais

O método dos grupos focais[3] não consiste em uma simples série de perguntas realizadas por um entrevistador e respondidas individualmente pelos presentes. Antes, o método dos grupos focais se baseia na ideia de que a interação dialógica entre os atores presentes incentiva, enriquece e qualifica as percepções iniciais de cada um. Os temas de interesse da pesquisa e comuns aos indivíduos presentes no mesmo grupo de interesse tendem a emergir do debate e ganhar contornos mais claros na medida em que a discussão se aprofunda.

A ideia do método é trazer a reflexão para o grupo de trabalho de modo que cada um dos indivíduos possa dividir e compartilhar suas diferentes perspectivas e, desta forma, enriquecer/qualificar suas percepções individuais e permitir à pesquisa a visualização de expectativas e percepções coletivas.

Caberá aos técnicos da equipe da consultoria, mediar o debate e identificar estes temas genéricos de interesse do grupo e explorá-los da melhor maneira possível, partindo sempre das questões amplas para as mais específicas e concretas. Os temas devem ser debatidos de modo que ganhem corpo e clareza no decorrer da discussão.

O interessante nesta metodologia é que ela incentiva os participantes a ouvir as demandas alheias e, desta forma, supera a ideia de defender apenas os seus interesses individuais. Assim, é importante que, antes da dinâmica a ser realizada, os participantes sejam orientados a não pré-julgar a opinião dos outros, a se engajar no processo participativo e, principalmente, a escutar o que o outro tem a dizer.

A metodologia de grupo focal pode ser aplicada de diversas formas. Apresenta-se aqui dois exemplos de dinâmicas que poderão ser utilizados na revisão do PD/LUOS de Limeira. A escolha da dinâmica a ser desenvolvida poderá variar conforme o número e o perfil dos participantes, além dos objetivos específicos do encontro.

3.3.1.1 World Café

O *World Café* é uma ferramenta para gerar ideias ou reunir conhecimentos diversos em

[3] Esta metodologia é adequada para reuniões com até 60 participantes. Caso a participação seja superior a esse número, poderão ser distribuídos questionários ou aplicação de outras ferramentas como o Mentimeter.

torno de um ou vários temas. Também é aplicável em situações nas quais se precisa construir convergência de entendimento. Trata-se de metodologia criativa para desenvolver conversas autênticas em grupos de todos os tamanhos, estimulando a criatividade ao explorar temas relevantes para o grupo, e assim, criar espaço para que a inteligência coletiva possa emergir. O nome “Café” surge justamente para convidar os participantes a conversarem de uma forma informal e descontraída, como se estivessem em uma mesa de um café.

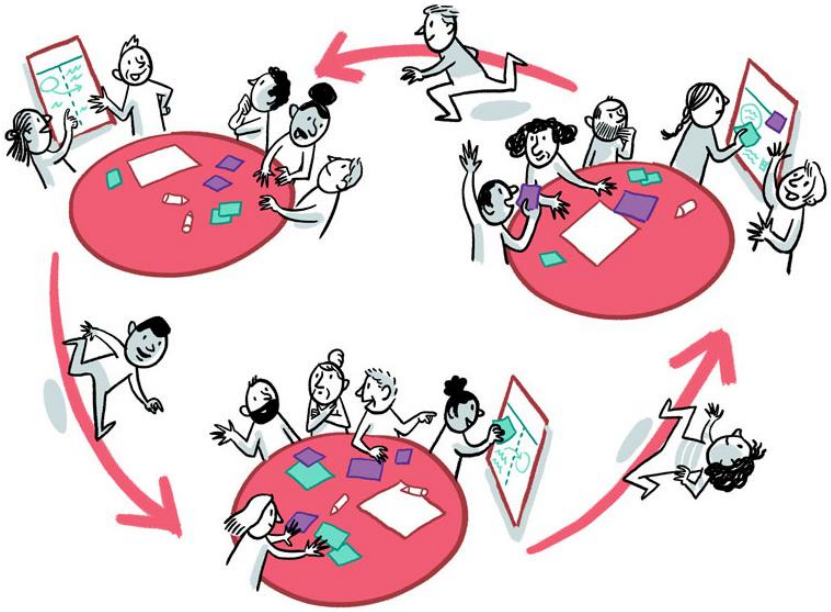
Seu desenho metodológico prevê que várias pessoas se agrupem em mesas ou pequenos grupos de conversa para explorar uma questão ou problema que seja realmente importante para sua vida, trabalho ou comunidade, no contexto da revisão do PD elaboração da LUOS. Cada mesa deve estar abastecida com *flipchart* ou cartolina grande, canetões, canetinhas, *post-its* e/ou adesivos à disposição para realização da atividade.

A realização da dinâmica em diversas mesas simultâneas permite aos participantes a possibilidade de escolher entre aprofundar uma discussão, ficando a maior parte do tempo em uma mesma mesa, ou participar de várias discussões, passando para outro grupo durante a rodada, visitando novas ideias e grupos de pessoas, e assim polinizando ideias cruzadas e *insights*.

À medida que as conversas se conectam, o conhecimento coletivo cresce e evolui. A sensação de um todo maior torna-se real. A sabedoria do grupo se torna mais visível.

A Figura 2 apresenta uma ilustração da dinâmica do *World Café*.

Figura 2: Ilustração da Dinâmica do *World Café*



Fonte: manageduc.fr.

Esta atividade tem como pressuposto que as pessoas já têm dentro de si a sabedoria e criatividade para enfrentar até mesmo os mais difíceis desafios. Dado o contexto apropriado e foco, é possível para os membros acessarem conhecimento profundo sobre o que mais importa.

A aplicação desta metodologia em vários contextos tem demonstrado uma notável capacidade de promover a conversação autêntica entre as pessoas que podem nunca ter se conhecido e que não tiveram treinamentos formais de diálogo.

Há seis princípios de funcionamento subjacentes às conversas no estilo *World Café*. Quando estes seis princípios são usados em combinação, eles têm a capacidade de fomentar a colaboração e o diálogo, fortalecer a comunidade, despertar *insights*[4] criativos e criar novas possibilidades para a ação construtiva, que são:

- criar um espaço acolhedor;
- explorar questões que realmente importam;
- encorajar a contribuição de todos;
- conectar ideias e pessoas diversas;
- escutar juntos padrões, insights e questões profundas e relevantes;
- tornar o conhecimento coletivo visível.

Uma das premissas básicas desta metodologia é que todos têm suas histórias e perspectivas, ou seja, conhecimentos distintos para compartilhar. A ferramenta fornece condições para as pessoas se envolverem e se engajarem. Neste sentido, possibilita-se quebrar o paradigma do "um para muitos" e enfatizar a visão sistêmica, por meio de conversas baseadas na horizontalidade e na colaboração.

O *World Café* é uma metáfora das conversas cotidianas, que se cruzam formando redes de interação em escalas cada vez maiores. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que se nutre um ambiente de intimidade (nas mesas), o engajamento cresce por meio das conexões entre perspectivas distintas (em todo o grupo).

A utilização desta metodologia se justifica no contexto da elaboração dos serviços prestados, uma vez que quebra o padrão tradicional, construindo e se baseando em *insight*s coletivos, originados na consideração das contribuições únicas e na conexão de ideias, resultando na emergência da inteligência coletiva.

Nesta dinâmica poderá ser aplicada, de forma complementar, a metodologia das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDP) e Propostas (P), conforme explicita o item 5.1.7, na sequência do presente documento.

3.3.1.2 Nuvem de palavras (*Word Cloud*)

Em um evento, a ferramenta de nuvem de palavras é uma representação visual de palavras que dá maior destaque àquelas que são citadas com mais frequência pelo público presente (Figura 3).

[4] Insights é um substantivo com origem no idioma inglês e que significa compreensão súbita de alguma coisa ou determinada situação. Um insight é um acontecimento cognitivo que pode ser associado a vários fenômenos, podendo ser sinônimo de compreensão, conhecimento, intuição.

Figura 3: Exemplo de Nuvem de Palavras

Fonte: Freitas ET. AL. (2018).

A TESE utilizará o sítio eletrônico *Mentimeter Word Clouds* em alguns eventos participativos (reuniões técnicas, audiência e oficinas participativas), também poderá ser utilizada pela equipe técnica municipal nos eventos a serem conduzidos por ela. Inicialmente se faz uma pergunta, apresentando-a aos presentes no evento. Em seguida, será pedido aos participantes que enviem suas respostas por meio de seus celulares ou computadores, que possuam acesso à internet.

As respostas são apresentadas em tempo real e formarão uma nuvem de palavras com todas as palavras enviadas, como na figura ilustrativa acima. As palavras adicionadas com maior frequência pelos participantes terão maior destaque, tornando possível identificar rapidamente as respostas mais populares (letras maiores).

Esse tipo de visualização ajuda a coletar informações do público presente com mais rapidez, destacar as respostas mais frequente e apresentar os dados de maneira inteligível para todos.

Este método é muito utilizado para “quebrar o gelo” do público, coletar ideias, reflexões em equipe.

3.3.2 Questionários

A metodologia utilizada na elaboração do questionário baseia-se, na ‘investigação apreciativa’, método de planejamento participativo utilizado em organizações e cidades de várias regiões do mundo.

Sistematizado pelo Prof. David Cooperrider, de Chicago[5], contempla quatro fases:

- a descoberta (apreciação, no seu aspecto mais positivo, do que se é e do que se tem);
- o sonho (a construção da visão coletiva de um futuro desejável);

[5] Cooperrider, D. L., Whitney, D., & Stavros, J. M. (2003). *The appreciative inquiry handbook*. Bedford: Lakeshore Communications.

- o plano (a elaboração dos projetos para se atingir o sonho);
- o destino (a gestão do plano).

Ele parte da premissa do positivo existente, “daquilo que está dando certo”, “daquilo do qual me orgulho” e não do déficit ou da falta. Os resultados tangíveis mostram a explicitação de onde a cidade quer chegar, a partir de uma série de afirmações positivas. Assim, a TESE elaborou um questionário/enquete na plataforma *GoogleForms*, a ser disponibilizada à população para contribuição no processo, que está em fase de aprovação pela equipe técnica municipal. O formulário em questão pode ser visualizado no Anexo D.

Além deste questionário, poderão ser realizados outros através da ferramenta online Mentimeter durante os eventos participativos, a fim de contribuir com algum conteúdo apresentado.

3.4 Reuniões técnicas

Também serão realizadas diversas reuniões técnicas, presenciais e virtuais, ao longo do processo de revisão do PD e elaboração da LUOS, sempre que necessário, entre as equipes da consultoria e a Equipe Técnica Municipal, a fim de promover interação e alinhamento das atividades, eventuais ajustes em cronograma e atividades a serem realizadas, bem como debate técnico acerca de algum tema em específico. Nestas reuniões poderão ser convidados outros técnicos do Município.

4 ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM

4.1 Princípios fundamentais

O Plano Diretor e LUOS de Limeira serão concebidos visando a construção colaborativa de uma cidade socialmente justa e ambientalmente responsável. Em consonância com os objetivos do Plano, essa concepção está baseada em cinco Princípios Fundamentais abordados a seguir, que são estratégicos no desenvolvimento do PD/LUOS, para prover as melhores condições para sustentabilidade econômica e social ao Município. Para tanto, respeita a história de sua formação com suas marcas, principalmente nos espaços públicos que estarão sujeitos a intervenções, visando transformar Limeira em um local ideal para residir, trabalhar, empreender e viver com qualidade, saúde e harmonia. Os Princípios Fundamentais são os seguintes:

- princípio da humanização da cidade;
- princípio da competitividade (propostas de inserção no Novo Momento Econômico);
- princípio do desenvolvimento territorial e ambiental;
- princípio da sustentabilidade;
- princípio da participação social e governança pública.

4.1.1 Princípio da humanização da cidade

Serão abordados temas fundamentais, tais como educação, saúde, aprimoramento da qualidade social, elevação do padrão de infraestrutura urbana, acolhimento do cidadão e combate à pobreza. Além disso, haverá foco na asseguração dos direitos humanos, englobando a promoção da igualdade de gênero e a rejeição de todas as formas de preconceito.

4.1.2 Princípio da competitividade (propostas de inserção no novo momento econômico)

Serão implementadas medidas voltadas para a criação de um ambiente propício aos negócios, com ênfase no apoio à inclusão de mão de obra local no mercado de trabalho. Buscar-se-á estimular a formação de polos de negócios, promover a expansão e aprimoramento das micro e pequenas empresas, assim como dar suporte aos empreendedores individuais e agricultores familiares. Paralelamente, em consonância com o princípio de humanização, será priorizada a melhoria da infraestrutura, especialmente na área de mobilidade, visando estimular atividades relacionadas ao turismo, cultura e lazer.

4.1.3 Princípio do desenvolvimento territorial e ambiental

Serão abordados elementos cruciais para o desenvolvimento sustentável do município, com foco na revitalização do centro urbano, apoio ao desenvolvimento do comércio local e preservação do patrimônio ambiental e cultural. Além disso, serão implementadas ações de saneamento, melhorias de infraestrutura em áreas propensas a alagamentos e erosões, expansão de áreas verdes e criação de espaços de convivência. O objetivo é potencializar a utilização turística e ambiental do município, prevendo intervenções urbanísticas e regularização fundiária em áreas prioritárias identificadas.

A consideração da inserção regional é um aspecto crucial para entender os fatores que influenciam o desenvolvimento municipal. Em conformidade com as diretrizes para a revisão do PD e elaboração da LUOS, propõe-se a criação de um mapa de inserção regional para visualizar e analisar a relação do município com o território de sua área de influência. Este mapa abrange um território mais amplo que os limites municipais, permitindo a análise de interconexões, como rodovias, vias de comunicação telefônica e estradas, além de fluxos materiais e imateriais. A análise regionalizada ajuda a identificar o conjunto produtivo, social e político do entorno, estabelecendo a articulação socioespacial da rede urbana municipal envolvida.

Ao definir os níveis de potencialidades e fragilidades do território, é possível desenvolver prognósticos para o futuro, considerando diversas alternativas de uso e desenvolvimento do território. A TESE pressupõe que a compartimentação seguirá os preceitos do Plano Diretor, analisando variáveis integrantes dos principais eixos estruturantes. Esses eixos, como: Características Regionais, Ordenamento Territorial, Meio Ambiente e Saneamento, Mobilidade Urbana, Rural e Regional, Desenvolvimento Social, Fortalecimento Econômico e Governança, serão alinhados nas etapas iniciais do desenvolvimento dos trabalhos.

4.1.4 Princípio da sustentabilidade

A proposta inovadora para o Plano Diretor de Limeira abraça o conceito de re-naturalização da cidade como uma estratégia fundamental para enfrentar a crise socioambiental. Inspirada por práticas adotadas em cidades espanholas e de outros países, essa abordagem vai além do convencional conceito de sustentabilidade, que muitas vezes é utilizado de maneira genérica. A verdadeira transformação ocorre ao transcender essa ideia e aproveitar todas as oportunidades de intervenção urbana para implementar iniciativas de re-naturalização, conferindo à cidade atributos que a tornem mais resiliente.

Entende-se que a população desempenha um papel crucial na configuração do território através da construção de habitats e edificações para diversas atividades. O somatório dessas intervenções frequentemente reorganiza as relações ecológicas da natureza, afastando as cidades do ideal de "sustentabilidade". O histórico comportamento da malha urbana reflete mudanças físicas evidentes na paisagem, e a compreensão desse passado como parte do ecossistema é essencial para adotar medidas que permitam a regeneração e compatibilização.

Os impactos cada vez mais perceptíveis das mudanças climáticas nas áreas urbanas, juntamente com uma crescente consciência coletiva, têm impulsionado avanços significativos na preocupação com a conservação da natureza e do habitat humano. As cidades, agora, voltam seus discursos para a construção de "cidades mais verdes", e o conceito de "verde na cidade" começa a ser reconhecido como um elemento-chave em diversas operações urbanas. Exemplos notáveis desse movimento incluem projetos como o anel verde em Victoria Gasteiz e a revitalização das margens do Rio Manzanares em Madri, ambos na Espanha.

A adesão global à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pela ONU em 2015, reflete o compromisso de 193 países em alcançar 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. Reconhecendo a importância dessa agenda para o desenvolvimento municipal, a Confederação Nacional dos Municípios publicou guias específicos em 2016 e 2017 para orientar a localização e integração dos ODS nos municípios brasileiros.

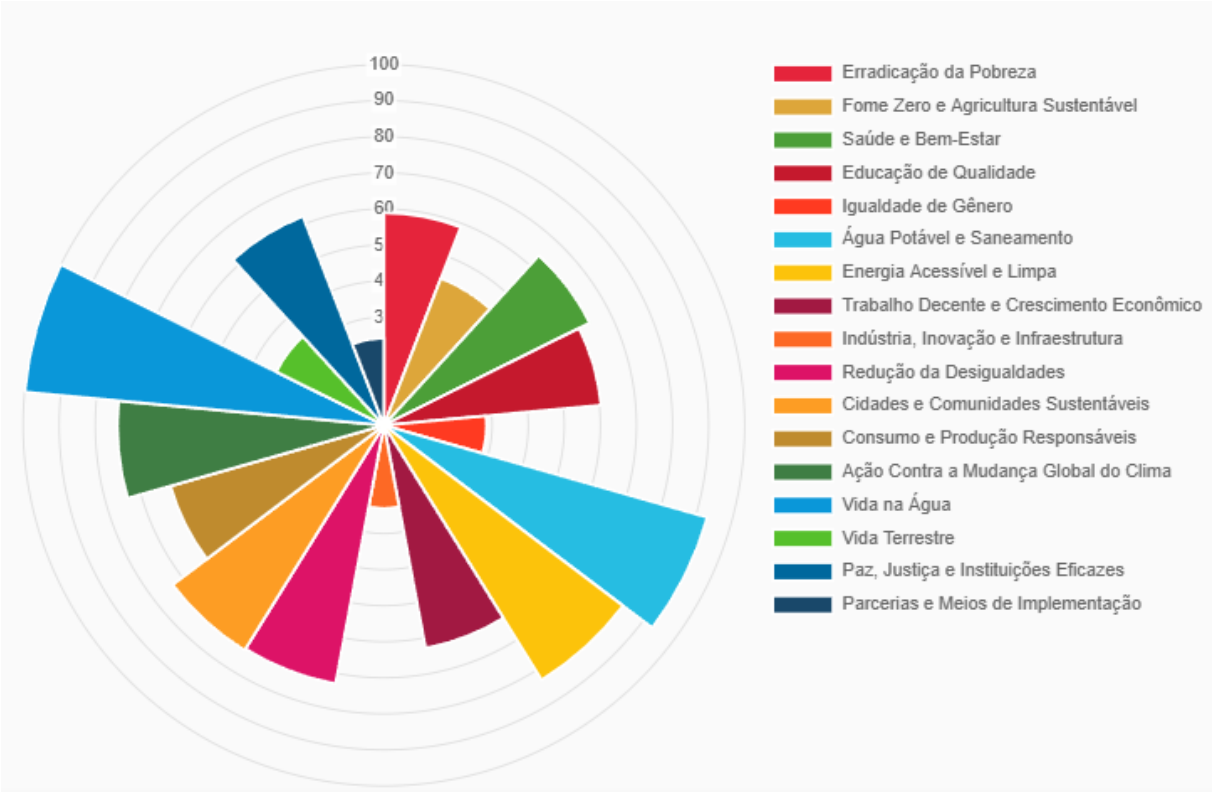
A presente revisão do PD e elaboração da LUOS tem como alicerce o atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU) (Figura 4).

Figura 4: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS

Fonte: CNPq, 2024.

Cabe destacar que Limeira, no quesito ODS (Figura 5), está em uma posição bastante positiva no *ranking* nacional do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2024): ocupa a 48ª posição entre 5.570 municípios brasileiros, com uma pontuação geral de 59,94 de 100. Limeira se destaca principalmente no ODS Vida na Água (14), onde alcançou a pontuação máxima de 100 pontos, seguido pelos ODS Água e Saneamento (6) com 93,23 pontos, e Energia Limpa e Acessível (7) com 83,06 pontos, sendo esses ODS classificados como Muito Altos. Na classificação Alta, com pontuação entre 79,99 e 60, destacam-se os ODS Saúde e Bem-Estar (3), Educação de Qualidade (4), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (8), Redução das Desigualdades (10), Comunidades Sustentáveis (11), Produção e Consumo Sustentáveis (12), Ação Contra a Mudança Global do Clima (13) e Paz, Justiça e Instituições Eficazes (16). Na classificação Média (59,99 a 50), Limeira tem o ODS Erradicação da Pobreza (1), e na classificação Baixa (49,99 a 40), o ODS Fome Zero e Agricultura Sustentável (2). Já na classificação Muito Baixa (39,99 a 0), Limeira apresenta os ODS Igualdade de Gênero (5), Indústria, Inovação e Infraestrutura (9), Vida Terrestre (15) e Meios de Implementação (17).

Figura 5: Desempenho por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS de Limeira



Fonte: ICS, 2024.

4.1.5 Princípio da participação social e governança pública

As inovadoras formas de participação popular na gestão pública no Brasil são resultado do processo de democratização do sistema político-administrativo, ocorrido a partir do final do século XX. O reestabelecimento do regime democrático incluiu a ampliação da participação popular nos processos de formulação e gestão de políticas públicas, o que possibilitou o gradual fortalecimento da democracia participativa no Brasil e o aumento de sua intensidade. Por reivindicação e pressão da sociedade civil em diversas áreas de políticas, tais como saúde, assistência social e política urbana, foram criadas arenas de participação no processo de políticas públicas, o que culminou na constituição de formatos híbridos de participação, como, por exemplo, o Plano Diretor Municipal. Segundo Mendonça e Cunha (2012), este movimento possibilitou a retomada da associação entre democracia e participação, considerando que a qualidade da primeira estaria relacionada à ampliação e ao aprofundamento da segunda.

É importante ressaltar que o papel da participação é fundamental para o exercício de uma democracia em seu sentido “forte”, conforme a definição de Franco (2008):

No sentido “fraco” (e pleno) do conceito, democracia se refere atualmente a um tipo de regime – na acepção de sistema de governo ou forma política de administração de Estado – em que os representantes são escolhidos pelos governados e atendem aos requisitos de: i) liberdade de ir e vir; ii) liberdade de expressão e crença; iii) liberdade de imprensa *stricto* e *latu sensu*; iv) publicidade (transparência capaz de gerar *accountability*); v) direito de voto para escolher representantes ; vi) condição legal de votar indicando condição de ser votado; vii) eleições livres, periódicas e isentas (limpas); viii) efetiva possibilidade de alternância do poder

entre situação e oposição e “aceitabilidade de derrota”; ix) instituições estáveis, capazes de cumprir papéis democraticamente estabelecidos em lei e protegidas de influências políticas indevidas do governo; e x) legitimidade.

No sentido “forte” do conceito, porém, democracia é mais do que isso, (...) não se refere nem apenas, nem principalmente – ao funcionamento das instituições políticas, mas é um “modo de vida” baseado em uma aposta nas possibilidades da “natureza humana”” e (...) nas atitudes que os seres humanos revelam em suas mútuas relações, em todos os acontecimentos da vida cotidiana. (...) Para que se realize, deve afastar todos os modos de associação humana, a família, a escola, a indústria, a religião.

A condição para que a democracia em seu sentido “forte” possa se realizar é a existência da democracia em seu sentido “fraco”. Nesta perspectiva, considera-se que o município de Limeira demonstra que a democracia em seu sentido “fraco” está em pleno exercício quando a gestão pública decide elaborar um Plano que tem como premissa a integração étnica, a diversidade na igualdade, respeito às culturas existentes e componentes de sua história, valorizando o patrimônio arquitetônico e cultural, desenvolvimento igualitário a todos os bairros, com vistas à um desenvolvimento sustentável do território, melhorando a qualidade de vida da população de Limeira, fomentando a geração de empregos, o crescimento econômico, o turismo, a qualificação dos serviços públicos, a mobilidade urbana, a arrecadação municipal, a instalação de novas empresas, a preservação do meio ambiente e a inclusão social. Portanto, é no ciclo das políticas públicas onde o exercício da democracia “forte” pode ser colocado em prática.

O ciclo das políticas públicas envolve sua elaboração, implementação, monitoramento e avaliação. Estes dois últimos aspectos pressupõem que as políticas públicas devam ser monitoradas e avaliadas, visando à proposição de mudanças de rumo, quando necessário. Neste contexto, Frey (2000) diferencia três dimensões para a análise política:

- no quadro das instituições e das comunidades políticas (*polity*), se referindo à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, bem como à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- no quadro da dimensão processual, a dimensão política (*politic*) na qual considera-se o processo político, comumente de caráter conflituoso, no que diz tange à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; e,
- a dimensão material “policy” se referindo aos conteúdos concretos, ou seja, à configuração das políticas e programas públicos, os problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Quanto às políticas públicas para o desenvolvimento territorial no Brasil, com seus êxitos e desafios, as experiências merecem ser analisadas no sentido da construção de novos instrumentos de políticas públicas, que contribuam efetivamente para dar continuidade aos processos de transformação social com ênfase nos territórios regionais.

Entende-se governança como a interação entre estruturas, processos, tradições e sistemas de conhecimento que determinam a forma pela qual o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como cidadãos e outros [atores sociais

envolvidos] interessados expressam suas opiniões (IRVING, 2007). Dessa forma, o presente Plano de Trabalho para a revisão do PD e elaboração da LUOS considera os princípios de governança definidos por Irving et. al. (2006), a saber:

- legitimidade e voz: relativo à construção, implementação e avaliação das políticas públicas segundo a participação dos cidadãos em diversos níveis da tomada de decisão. Tal princípio considera aspectos como o de orientação ao consenso, descentralização presente no processo de decisão, direito à voz dos atores implicados, a existência de mídia independente e de associações civis, a confiança mútua entre os atores envolvidos, e a existência de um suporte democrático e de direitos humanos;
- direcionamento: para a avaliação deste princípio deve ser considerada a existência de um aparato legislativo que considere as normas formais, como as regras tradicionais. Também é avaliada a existência de planos de gestão específicos, demonstrações de liderança efetiva, capacidade de mobilização e apoio dos atores sociais;
- desempenho: considera a análise, a eficiência em atingir os objetivos do planejamento e implementação das políticas públicas, com base na capacidade de execução das funções demandadas, do balanço custo/benefício e veiculação das informações ao público sobre desempenho. Considera aspectos como o monitoramento e avaliação das políticas públicas, traduzida como a capacidade de aprender com a experiência operacional;
- responsabilidade/credibilidade na prestação de contas: se baseia na clareza da definição de responsabilidades e autoridades, respondendo ao questionamento: “quem presta contas, porque, e a quem?”. Neste princípio são considerados o papel das lideranças políticas e sua responsabilidade, em contraste com os gestores indicados. Também é avaliada a transparência no processo de gestão.
- honestidade e equidade: avalia os impactos causados pela elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas, levando em consideração a existência de um aparato jurídico de apoio, a correção e eficácia da aplicação das normas e, ainda, em lidar com possíveis problemas decorrentes e como lidar com tais questões, reconhecendo injustiças e buscando formas de solucioná-las.

Nesses termos, o que se pretende é indicar os possíveis caminhos para uma “boa governança”, nos termos de Irving et al. (2007), do processo de revisão do PD, no qual se reconhece os diferentes sistemas e níveis de conhecimento, uma postura de transparência e responsabilização no processo de tomada de decisões, o exercício de uma liderança includente, a mobilização para o apoio aos grupos locais, a descentralização e a opção pela gestão participativa.

5 DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE TRABALHO

5.1 Atividades para o desenvolvimento dos relatórios

5.1.1 Levantamento de dados e informações – Análises físico territoriais

O diagnóstico dos meios físico, biológico e antrópico partirá da utilização de amplo acervo de dados e informações, muitos com geoespacialização, resultantes de estudos diversos desenvolvidos nos últimos anos, tanto do âmbito municipal, da região imediata, estadual, quanto de organizações federais. Os diagnósticos por área temática serão realizados conforme etapas elencadas no Quadro 3 a seguir, que também indica os resultados almejados para cada etapa.

Quadro 3: Etapas de Elaboração da Análise dos Meios Físico, Biológico e Antrópico

Etapas	Principais Dados / Fontes	Principais Resultados Parciais
Levantamento de informações (dados geográficos e analíticos alfanuméricos)	Secundários: base de dados de instituições atuantes apresentados em documentos oficiais; artigos científicos; trabalhos acadêmicos; mapeamentos temáticos	Compreensão sobre o estado da arte no que tange aos meios físico, biológico e antrópico
Sistematização e análise das informações e identificação das necessidades de complementações e enriquecimento de informações e de atualizações geográficas	Secundários: base de dados da prefeitura e de outras instituições atuantes com foco na área de influência de Limeira; estudos apresentados em documentos oficiais; artigos científicos; trabalhos acadêmicos; mapeamentos temáticos	Determinação de necessidades e da especificação detalhada de aferição em campo e tratamento de informações em escritório para estruturação da base geográfica em ambiente SIG
Conhecimento da realidade fática necessária para as atualizações e complementos	Primários: levantamentos através de imagens	Mapeamento e interpretação dos meios
Processamentos de dados, sobreposições de informações geográficas e realização de análises visando a diagnose de cada um dos meios considerados	Secundários: estudos apresentados em documentos oficiais; base geográfica e bancos de dados; artigos científicos; trabalhos acadêmicos; mapeamentos temáticos	Base Geográfica atualizada para os temas influentes para a elaboração da revisão do Plano Diretor e LUOS
Elaboração de relatórios e mapeamentos	Secundários e primários: visitas em campo; estudos apresentados em documentos oficiais; base geográfica e bancos de dados; artigos científicos; trabalhos acadêmicos; mapeamentos temáticos.	Diagnóstico atualizado

Fonte: Adaptado de EMBRAPA e SDH (2016).

Para a coleta de dados, será preparada uma lista preliminar, por secretaria ou tema, contendo os dados e informações necessários à construção da Leitura Técnica. Esta lista será repassada ao coordenador da Equipe Técnica Municipal para que ele possa repassar a solicitação ao representante do poder público municipal responsável. Previamente, já foram solicitados os seguintes dados:

RELATÓRIOS E PLANOS:

- Revisão do Plano Diretor Municipal;
- Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- Plano Municipal de Saneamento Básico

- Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
- Plano Municipal de Educação;
- Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Plano Municipal de Cultura e Turismo;
- Plano Plurianual.

CARTOGRAFIA:

- Mapa da área urbana, contendo:
  - Histórico de perímetros urbanos;
  - Bairros e distritos;
  - Equipamentos públicos identificados por tipologia;
  - Ocupações irregulares (loteamentos clandestinos, loteamentos irregulares, assentamentos precários);
  - Mapeamento histórico dos programas habitacionais;
  - Áreas públicas;
  - Principais indústrias e prestadores de serviços (maiores arrecadadores);
  - Mapa de loteamentos com identificação de ano de aprovação;
  - Localização das áreas/pontos de risco por tipologia.
- Mapa da área municipal, contendo:
  - Distritos e localidades;
  - Macrozoneamento;
  - Hierarquia Viária;
  - Equipamentos públicos identificados por tipologia;
  - Áreas públicas;
  - Principais indústrias e prestadores de serviços (maiores arrecadadores);
  - Mapeamento histórico dos programas habitacionais;
  - Localização das áreas/pontos de risco por tipologia;
- Cadastro Técnico e cadastro econômico com os CNAEs.

DICIONÁRIO DE DADOS

Complementar à lista preliminar, foram elaborados dois *Checklists* contendo uma sugestão de dados a serem disponibilizados pelo Município. Em anexo encontram-se os dois "*checklists*" enviados para a equipe técnica municipal, sendo eles o Anexo A – Revisão do Plano Diretor Municipal de Limeira – SP | Checklist e o Anexo B - Revisão do Plano Diretor Municipal de Limeira – SP | Checklist Rural.

Visitas de Campo

Para complementar a Leitura Técnica e auxiliar na construção do perfil do município, são previstas a realização de **Visitas de Campo** como especificado no item 5.1.5.

5.1.2 Sistematização e análise das informações

Com base no acervo existente, será realizada a organização dos dados geográficos e não geográficos em um único sistema, tendo como elemento indexador os temas, agregados conforme correspondência com os meios físico, biológico e antrópico, prevendo integração e

interações entre dados. Ainda nesta estruturação, será trabalhada a organização por escalas. A análise das informações será desenvolvida à luz da vertente econômica.

5.1.3 Técnicas de cartografia, geoprocessamento e integração de dados

A base geográfica e temática estará estruturada em níveis de informação e organizada em banco de dados geográficos sistematizados nas escalas temáticas em que os diversos planos foram gerados. No segundo estágio, há o registro dos meios em que essas camadas se encontram (físico, biológico e antrópico). Serão utilizadas as imagens de satélites óticos de distintos anos existentes na prefeitura ou em outras fontes para uma análise comparativa da evolução urbana, com vistas a identificar as tendências de crescimento territorial da cidade de Limeira. O material cartográfico existente na Prefeitura (vetorial e matricial) será utilizado em concomitância com as imagens. Para tal finalidade será utilizado como *datum* planimétrico o sistema de referência geodésico oficial brasileiro – Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS), oficial do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) desde fevereiro de 2015.

Os *layers* (camadas) disponíveis serão integrados em um Sistema de Informação Geográfica (SIG) e trabalhados através de *softwares* como ArcGIS ou QGIS que permitem analisar e manipular dados geográficos associados a informações alfanuméricas, vetoriais e matriciais. Adicionalmente será o SIG estruturado com base em dois tipos de informação: espacial e tabular, esses últimos são informações qualitativas, que inserem atributos para a informação espacial.

5.1.4 Estruturação do banco de dados

O *geodatabase* é um banco de dados relacional que possibilita a leitura dos dados, buscas e análises associadas a geoespacialização ou não, conforme necessidade ou conveniência. Seleções de ocorrências espaciais a partir de filtragens de dados não geográficos são possíveis e relativamente fáceis de serem estabelecidos. A utilização do QGIS é um facilitador para o compartilhamento das informações, além de ser um *software* livre, é uma solução SIG para a criação, gestão e distribuição de serviços. Ao final a estruturação dos dados em formato *geodatabase,* gerenciado para o Plano Diretor, estará apta a ser transferida para a Prefeitura.

5.1.5 Conhecimento da realidade fática do município

Para complementar a Leitura Técnica e auxiliar na construção do perfil do município, são previstas a realização de **Visitas de Campo** no território do município, em locais/regiões identificados como relevantes pela Equipe Técnica Municipal ou pela consultoria.

Considerando os objetivos do Plano Diretor, recomenda-se que as visitas de campo possibilitem a visualização de, no mínimo, os seguintes aspectos:

- vetores de crescimento urbano e das áreas de expansão populacional;
- áreas de novos parcelamentos, área de expansão ou áreas de interesse imobiliário para o uso residencial;
- áreas comerciais e industriais;
- principais ocupações irregulares;

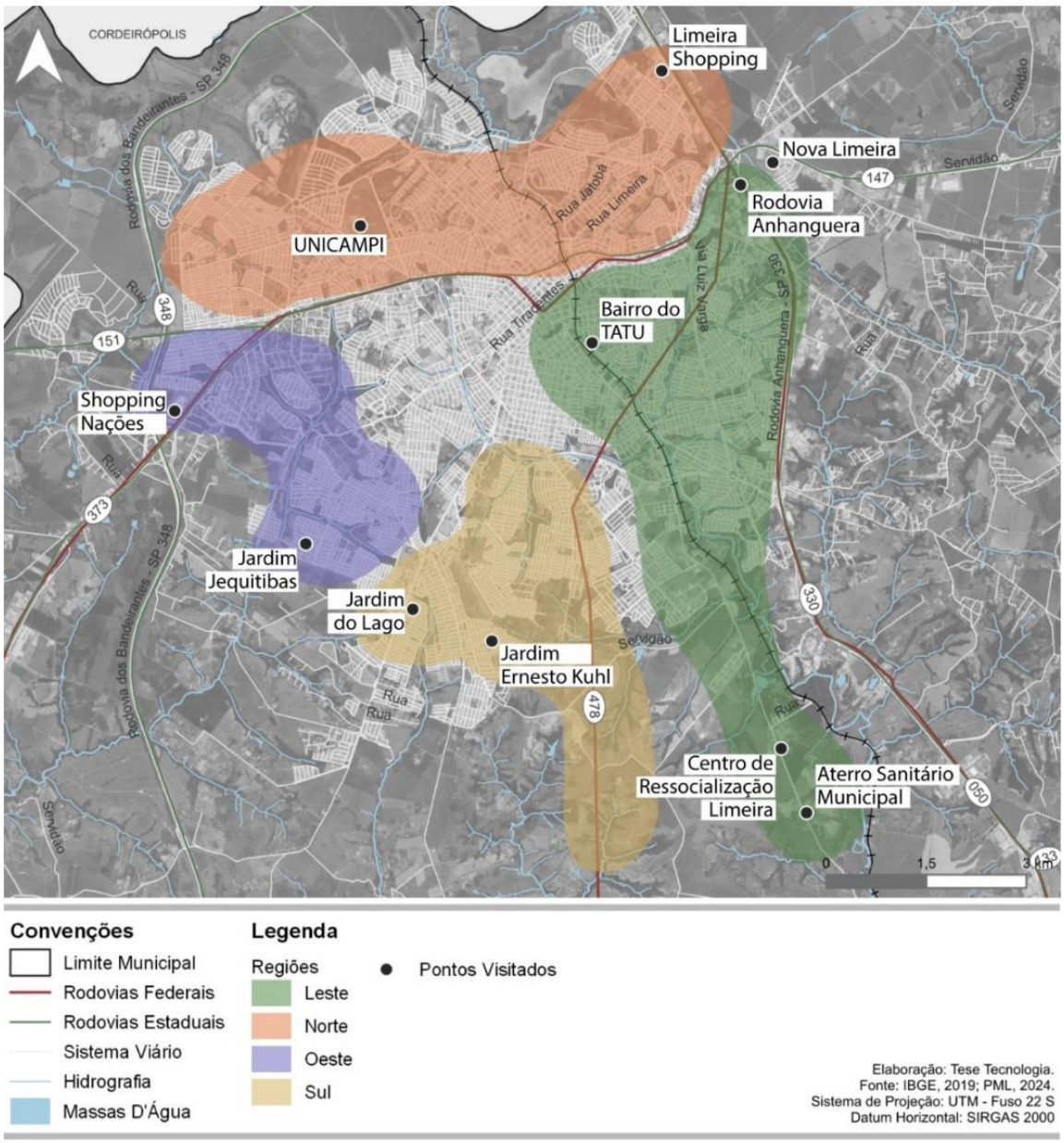
- pontos críticos do sistema viário e da mobilidade;
- áreas de interesse e/ou fragilidade ambiental;
- áreas de risco e cheias;
- principais localidades rurais.

Assim, na etapa 2 - levantamento de dados, e de acordo com o Termo de Referência, serão realizadas visitas técnicas para conhecimento da realidade municipal, com previsão de no máximo cinco dias. As regiões e/ou locais a serem visitados poderão ser definidos em conjunto com a equipe técnica municipal e equipe da consultoria, abrangendo tanto a área urbana quanto a área rural.

Dentro deste planejamento, ressalta-se que a consultoria já realizou três dias de reconhecimento do território, nas regiões apontadas na figura a seguir, e conforme já apresentado no Relatório 01. Complementar a este primeiro campo, foi proposto pela consultoria a realização de outro campo na quarta semana de novembro, sendo que as datas aguardam confirmação da Equipe Técnica Municipal.

Destaca-se ainda que, eventualmente, caso surja a necessidade de ser realizada alguma visita técnica de campo para verificar qualquer situação ao longo do processo de revisão do Plano Diretor e elaboração da LUOS, a consultoria poderá realizá-la em momentos oportunos, coincidentes com a realização de eventos participativos ou reuniões técnicas no município. Essas visitas poderão ser acompanhadas pela equipe técnica da prefeitura ou realizadas de forma independente.

Figura 6: Espacialização das regiões que ocorreram o reconhecimento do território



Elaborado: TESE, 2024.

5.1.6 Processamentos de dados, sobreposições geográficas e realização de análises

O desenvolvimento de análises está baseado em dados secundários (inventários socioeconômicos existentes, anuários estatísticos, censos demográficos e diagnósticos) e primários (eventos participativos e visitas de campo), através dos seguintes procedimentos:

- definição dos planos de informação do meio antrópico, incluindo aspectos legais – os elementos mínimos neste aspecto serão a economia, demografia, distribuição populacional, uso do solo, planos e programas existentes, legislação aplicável, infraestrutura (modais viários, saneamento básico, comunicação e energia), dentre outros;

- integração e correlação dos dados físicos, biológicos e antrópicos (inclusive legais) em banco de dados – as informações serão hierarquizadas conforme sua natureza, existência de normas e legislações, e posteriormente combinadas para produzir novos níveis de informações geográficas;
- definição e identificação das áreas homogêneas – após a integração de dados, serão realizadas análises objetivando a identificação das condicionantes, deficiências e potencialidades.

5.1.7 Identificação das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

A metodologia das CDPs – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, é uma metodologia alemã, adaptada e utilizada por diversos países e organismos das Nações Unidas, visa colher e cruzar, sob diversos aspectos e temas, as impressões e leituras comunitárias da realidade local, com o objetivo de pactuar e fundir, junto a leitura técnica, tais impressões com dados técnicos, com a finalidade de subsidiar o processo participativo para o desenvolvimento do planejamento municipal, para se criar uma visão sintética e eficaz para, a partir da identificação destas CPDs, apontar as diretrizes e ações estruturantes para a realização e concretização de políticas urbanas e setoriais e de ordenamento do território.

O objetivo dessas diretrizes é subsidiar a estruturação de um planejamento para a administração municipal, indicando quais devem ser as prioridades, no curto, médio e longo prazos, nas várias políticas e temáticas, em eixos de desenvolvimento e estratégias de ações articuladas, objetivando a eficiência e assertividade na gestão pública municipal. A metodologia das CDPs segue os seguintes conceitos:

- **Condicionante** (C): elementos existentes que não podem ou não devem ser alterados;
- **Deficiências** (D): desafios que precisam ser enfrentados, problemas e dificuldades que precisam ser resolvidos; e
- **Potencialidades** (P): elementos positivos que o município possui, que pode ser potencializado e mais bem aproveitado.

Os participantes serão divididos em grupos de pessoas para a realização de uma dinâmica de grupo (World Café). Cada grupo será incitado a apontar as condicionantes, deficiências e potencialidades do município, que serão escritas em papeletes e afixados em painéis (*flipchart*) pelos participantes, ou poderão ter auxílio de membros da equipe da consultoria, conforme exemplifica a figura a seguir.

Figura 7: Exemplo de CDP

Elaborado: TESE, 2024.

Na etapa de proposição, tem-se mais uma variável adicionada a ser debatida nos eventos participativos, a de Propostas, então será aplicada a metodologia CDP+P (CDP tradicional mais Propostas), que são:

Propostas: ideias ou sugestões para desenvolver o município, considerando as Deficiências e Potencialidades previamente identificadas.

O emprego do método e sistemática das CDPs + P proporciona trabalhar e operacionalizar problemas e fatos complexos, bem como dados e informações de estudos e levantamentos, e apresentá-los de forma clara e simples, em áreas e temas de interesse geral e difusos do município. Através de um Plano de Ações, empregando monitoramento e controle dos resultados alcançados, permite que, com a simples eliminação de deficiências ou correção de problemas, possa-se atingir a eficiência necessária e pretendida em diversas políticas públicas.

6 ETAPAS E ATIVIDADES PREVISTAS

O PD / LUOS está estruturado em nove etapas a serem desenvolvidas no período de 12 meses, a contar do mês de agosto de 2024. Para a realização dos trabalhos, a equipe técnica da Tese (consultoria), ao longo de todo o processo de revisão do Plano Diretor e LUOS, trabalhará juntamente com a Equipe Técnica Municipal e com o acompanhamento da Comissão de Acompanhamento do processo de revisão do PD de Limeira e elaboração da LUOS[6] . Durante o processo serão incluídos nas discussões membros de entidades, instituições pertinentes ao tema e a sociedade civil organizada.

[6] A ser formada a partir do Conselho do Plano Diretor em vigência.

O ciclo de vida do processo de revisão do PD/elaboração da LUOS é a metodologia adotada para o desenvolvimento das atividades em correlação com todos os relatórios, sendo que cada um deles é o resultado das atividades de planejamento, execução, monitoramento e controle. Para cada uma das nove etapas da prestação de serviços, é elaborado um Relatório de Progresso, importante ferramenta para acompanhar o seu desenvolvimento. Portanto, a Estrutura Analítica do Projeto (EAP), descrita nos próximos itens constitui uma ótima ferramenta para a validação e controle do escopo.

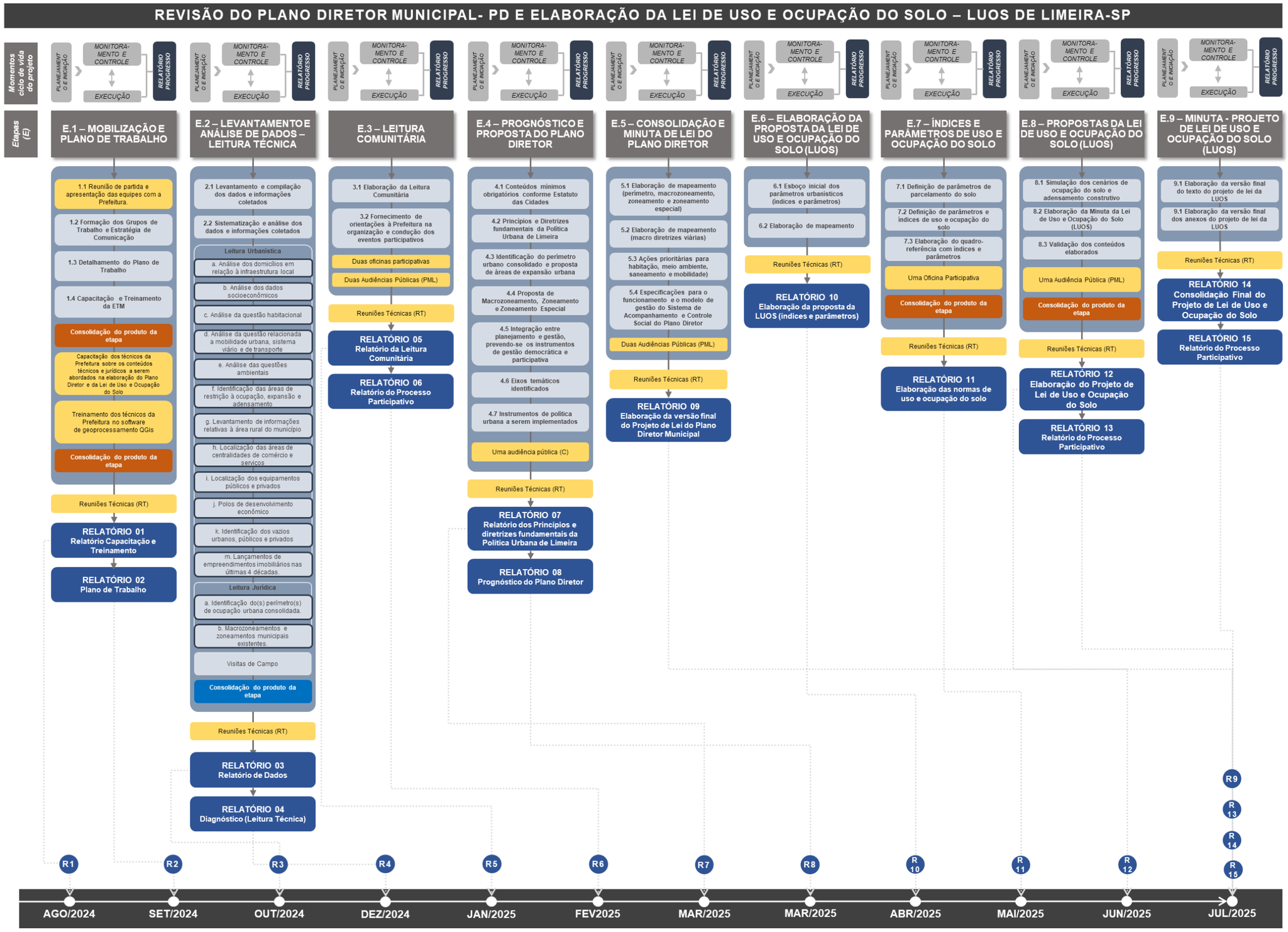
A EAP que integra a Revisão do Plano Diretor – PD e LUOS de Limeira é a proposta de encadeamento e obtenção de resultados de cada uma das atividades ou etapas do trabalho. Trata-se de uma ferramenta visual fundamental para organização do escopo a partir de um diagrama, com a finalidade de encadear as ações para o gerenciamento das etapas e respectivas entregas na forma de relatórios, hierarquizando-as por meio de sua decomposição em partes menores. A EAP ilustra graficamente, de forma simplificada esse escopo e é organizada em função dos 15 relatórios e respectivas etapas, especificadas pelo contratante e obedecendo aos conceitos de ordenamento ali contidos.

O diagrama da EAP possui *layout* em “árvore”, partindo do título do Serviço e os níveis inferiores que são a decomposição do mesmo em partes menores por ciclo de vida ou relatório. Os “níveis-filhos” são os conjuntos de atividades que resultam em um ou mais relatórios. Esta estrutura da EAP, representada a seguir, foi elaborada como reflexo das especificações do contratante contida no edital de licitação para revisão do PD/elaboração da LUOS. Contempla as nove Etapas de desenvolvimento às quais estão também atreladas à Mobilização Social e ao processo de participação da sociedade (eventos participativos), sendo que em cada etapa os componentes estão subdivididos em “eventos”, “atividades” ou “relatórios”.

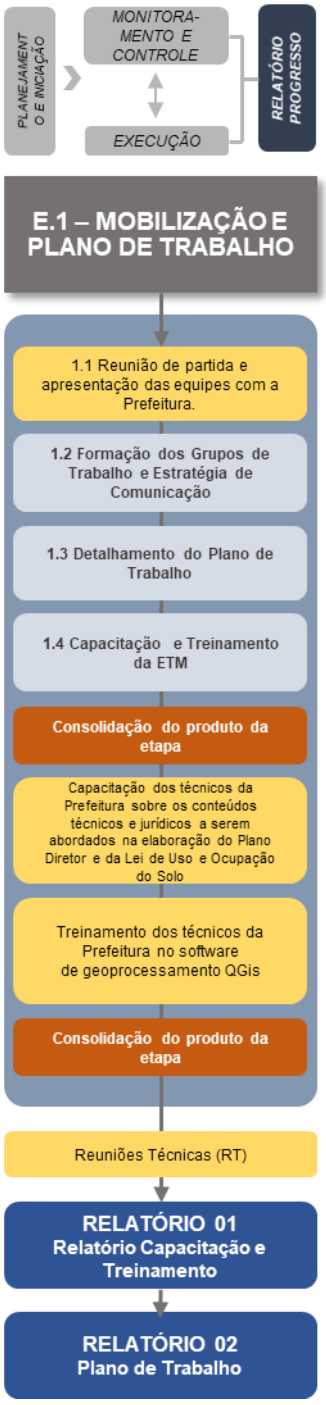
- Os eventos correspondem ao processo participativo com a equipe técnica municipal, comissão de acompanhamento do PD/LUOS, com a sociedade civil, podendo ser Capacitação, Treinamento, Oficinas Participativas ou Audiências Públicas;
- As atividades correspondem às ações que devem ser realizadas para que seja possível a elaboração e conclusão do relatório e respectiva etapa;
- Os relatórios são o resultado do conjunto de atividades realizadas, sendo um total de 15.

Na figura a seguir pode ser vista a estrutura analítica do projeto, com a identificação das atividades e relatórios de cada etapa.

Figura 8: Estrutura Analítica do Projeto - EAP para a Revisão do Plano Diretor e Elaboração da LUOS de Limeira – SP



6.1 E.1 - Mobilização e Plano de Trabalho



A **Etapa 1** consiste no planejamento, organização e detalhamento das atividades a serem realizadas de acordo com o cronograma das etapas e metodologia do Termo de Referência, a serem validados pela Equipe Técnica Municipal.

Nesta etapa será designada uma equipe técnica de trabalho composta por técnicos das Secretarias de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, Mobilidade Urbana, Meio Ambiente e Agricultura, Habitação e Desenvolvimento, Turismo e Inovação, a ser criada por Decreto, sendo esta equipe a principal interlocutora da empresa contratada, que acompanhará o desenvolvimento de todos os trabalhos técnicos e de mobilização social. Tal equipe técnica já foi criada por meio da Portaria Municipal nº 1.991, de 16 de agosto de 2024, sendo nomeada como Equipe Técnica Municipal (ETM).

Além desta equipe, deverá ser formada uma Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor e Elaboração da LUOS, composta por membros da equipe técnica municipal e sociedade civil organizada, a partir do Conselho do Plano Diretor em vigência.

Nesta etapa deverá ocorrer a **capacitação** dos técnicos da Equipe Técnica Municipal do PD/LUOS, a fim de garantir a adequada comunicação, em linguagem simples e acessível a diferentes níveis de formação, visando à apropriação de conteúdos técnicos e jurídicos que serão abordados na revisão do Plano Diretor e na elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo; além de um **treinamento** dos técnicos da Prefeitura, integrantes da Equipe Técnica Municipal do PD/LUOS, em *software* de geoprocessamento QGis ou similar para utilização e futuras atualizações dos mapas a serem entregues junto com o banco de dados, ao final do processo. Para esta atividade, a consultoria elaborará módulos de treinamento online, a ser divulgado previamente aos eventos à equipe técnica que participará dos mesmos.

Estão previstas as definições da estratégia de comunicação do Plano Diretor a serem conduzidas pela Prefeitura, o detalhamento do Plano de Trabalho e a elaboração de cronograma físico com todas as etapas, atividades, relatórios e eventos.

O seu desenvolvimento deverá contemplar as atividades descritas a seguir:

1.1 Reunião técnica de partida e apresentação das equipes com a Prefeitura;

1.2 Formação dos grupos de trabalho da empresa contratada e da Contratante e definição da Estratégia de Comunicação;

1.3 Detalhamento do Plano de Trabalho;

1.4 Capacitação e Treinamento da ETM.

<u>Eventos:</u>

a) Realização da capacitação dos **técnicos da Prefeitura** sobre os conteúdos técnicos e jurídicos a serem abordados na revisão do Plano Diretor e elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo,

ocorrida em 23 de agosto de 2024**,** a descrição do evento encontra-se no "Relatório 01 – Relatório de Capacitação";

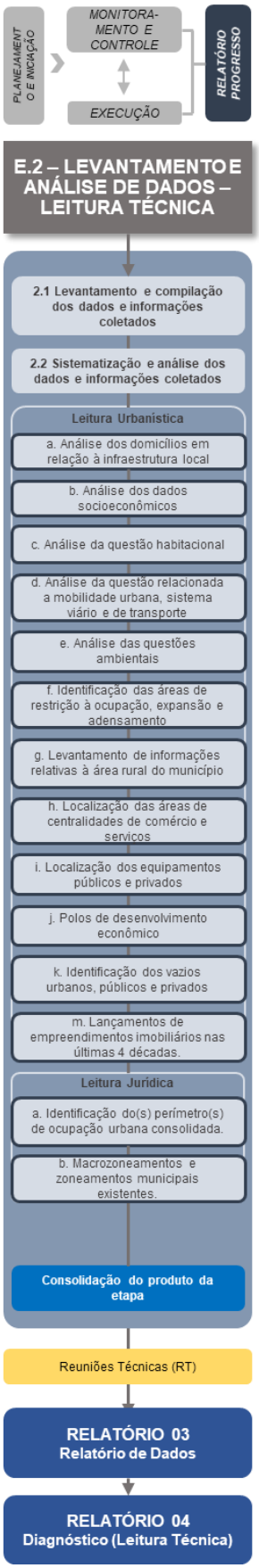
b) Treinamento dos **técnicos da Prefeitura** no *software* de geoprocessamento QGIS, realizado de forma on-line nos dias 23 e 24 de outubro de 2024 e presencialmente em 30 de outubro de 2024;

c) Reuniões técnicas, realizadas presencialmente em 22 de agosto de 2024 e de forma on-line em 30 de outubro de 2024.

Relatórios:

R01 - Relatório Capacitação e Treinamento
R02 - Plano de Trabalho

6.2 E.2 - Levantamento e Análise de Dados (Leitura Técnica)



Na **Etapa 2** serão realizados os levantamentos de informações pertinentes disponíveis em fontes oficiais como IBGE Cidades; Fundação Seade, Censo IBGE, RAIS/CAGED, IGC, dentre outros, para caracterizar o Município e a constituição das bases cartográficas e temáticas para subsidiar o processo participativo do PD/LUOS.

Será realizada a caracterização do Município em seus aspectos físico-territoriais, ambientais, socioeconômicos e da legislação urbanística vigente.

Todos os relatórios desta etapa, como consta no Termo de Referência, deverão ser entregues em vias impressas e em arquivos digitais editáveis, assim como as bases cartográficas que deverão ser disponibilizadas em plataforma digital online (Google Drive), em arquivo digital editável por software GIS e/ou DWG.

Nesta etapa, estão previstas **visitas de campo** para complementar a Leitura Técnica e auxiliar na construção do perfil do município, Destaca-se que algumas visitas de campo ocorreram entre 22 e 25 de agosto de 2024 (vide "**Relatório 01 – Relatório de Capacitação**"), e outras estão previstas para o mês de novembro deste ano, conforme explicitado no item 5.1.5 desse relatório. O desenvolvimento desta etapa deverá contemplar as seguintes atividades, descritas a seguir:

2.1 Levantamento e compilação dos dados e informações coletados (**secundário e primários**);

2.2 Sistematização e análise dos dados e informações coletados, relativos a:

Leitura urbanística:

a) infraestrutura local;
b) dados socioeconômicos;
c) questão habitacional;
d) mobilidade urbana, sistema viário e transporte;
e) questões ambientais;
f) áreas de restrição à ocupação, expansão e adensamento;
g) uso e ocupação do solo na área rural do município;
h) áreas de centralidades de comércio e serviços;
i) equipamentos públicos e privados;
j) polos de desenvolvimento econômico;
k) vazios urbanos, públicos e privados;
l) lançamentos de empreendimentos imobiliários nas últimas 4 décadas;

Leitura jurídica:

a) levantamento e análise da legislação urbanística que incidem no município (municipal, estadual e federal);
b) identificação do(s) perímetro(s) de ocupação urbana consolidada;
c) macrozoneamento e zoneamentos municipais existentes.

Eventos:

a) Reuniões técnicas, destinadas à identificação de eventuais questionamentos da equipe técnica da consultoria sobre os

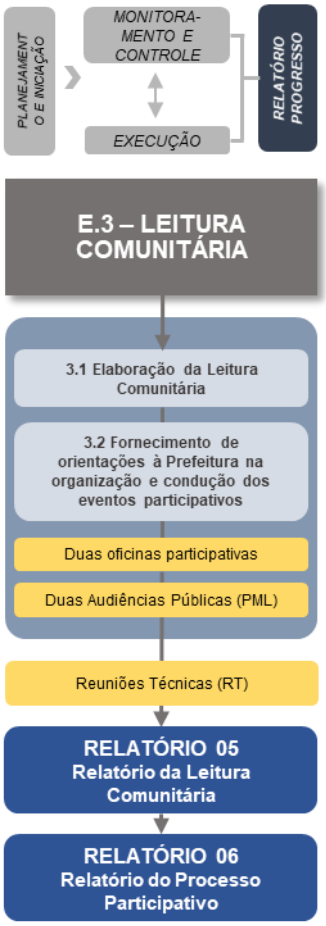
temas de análise, incluindo aspectos físico-territoriais, ambientais, socioeconômicos e a legislação urbanística vigente. As reuniões deverão ocorrer ao longo da execução da etapa em questão.

Relatórios:

R03 - Relatório de Dados

R04 - Diagnóstico (Leitura Técnica)

6.3 E.3 - Leitura Comunitária



A **Etapa 3** consiste na realização de **oficinas participativas e audiências públicas para leitura da realidade municipal**. Ainda, será disponibilizado à população um questionário/enquete para complementar com o levantamento da leitura comunitária, a ser elaborado pela equipe da consultoria e disponibilizado pela Prefeitura.

Serão realizadas nessa etapa **duas oficinas participativas, a serem conduzidas pela equipe da consultoria, em regiões distintas**, a serem definidas pelos técnicos da consultoria em conjunto com a equipe técnica municipal. Nessas oficinas, será aplicada a metodologia descrita no Item 5.1.7, que diz respeito a metodologia dos quadros CDP, aplicada através dos Grupos Focais (descrita no item 3.3.1). As temáticas a serem debatidas em ambos os eventos serão as mesmas, ou seja, identificar as condicionantes, deficiências e potencialidades do município.

N**as audiências públicas, a serem conduzidas pela equipe técnica municipal,** será apresentado o resultado das oficinas participativas desta etapa.

Os eventos desta etapa tem por objetivo obter uma leitura da cidade e do município através da visão daqueles que nela vivem e atuam, comprometendo o cidadão com os destinos de sua cidade e envolvendo as diversas instâncias de poder no diálogo com a comunidade, conferindo legitimidade às manifestações do cidadão, além de capacitar a população para os temas de planejamento e do PD, contribuir para a capacitação da equipe da prefeitura para processo permanente de planejamento participativo e incorporar ao processo de Revisão do PD, outros saberes, além do técnico.

O seu desenvolvimento deverá contemplar a realização dos eventos descritos a seguir:

Eventos:

a) Duas Oficinas Participativas, a serem realizadas em duas regiões distintas do Município, a serem definidas em conjunto com as equipes da consultoria e técnica municipal. Nessas oficinas, a serem conduzidas pela equipe técnica da consultoria, será aplicada a metodologia descrita no Item 5.1.7, referente aos quadros CDP, por meio de Grupos Focais (conforme descrito no item 3.3.1). Com o objetivo da identificação das condicionantes, deficiências e potencialidades no Município de Limeira. As temáticas

abordadas em ambos os eventos serão as mesmas. As oficinas estão previstas para janeiro de 2025, com as datas a serem acordadas entre a equipe técnica da consultoria e a equipe técnica municipal. A definição dos locais, divulgação dos eventos, assim como a disponibilização dos equipamentos de apoio necessários, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Limeira;

b) Duas Audiências Públicas, de caráter informativo sobre os resultados da leitura comunitária obtida nas oficinas participativas. As temáticas abordadas em ambos os eventos serão as mesmas, e deverão ocorrer em regiões distintas. A realização das audiências públicas fica sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Limeira, com eventual orientação da equipe técnica da consultoria para auxiliar na organização e condução do evento, além da produção de materiais de apoio. As audiências públicas estão previstas para a fevereiro de 2025, com as datas a serem definida pela equipe técnica municipal. A definição do local, assim como a disponibilização dos equipamentos de apoio necessários, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Limeira;

c) Reuniões técnicas, para definição dos locais e datas dos eventos participativos e para esclarecimento de quaisquer questionamentos/questão que possam surgir. As reuniões deverão ocorrer ao longo da execução da etapa em questão, de forma online e presencial.

Relatórios:

R05 - Relatório da Leitura Comunitária – contendo o resultado das oficinas participativas, a ser apresentado nas audiências públicas.

R06 - Relatório do Processo Participativo - contendo o resultado das oficinas participativas, audiências públicas e questionários aplicados.

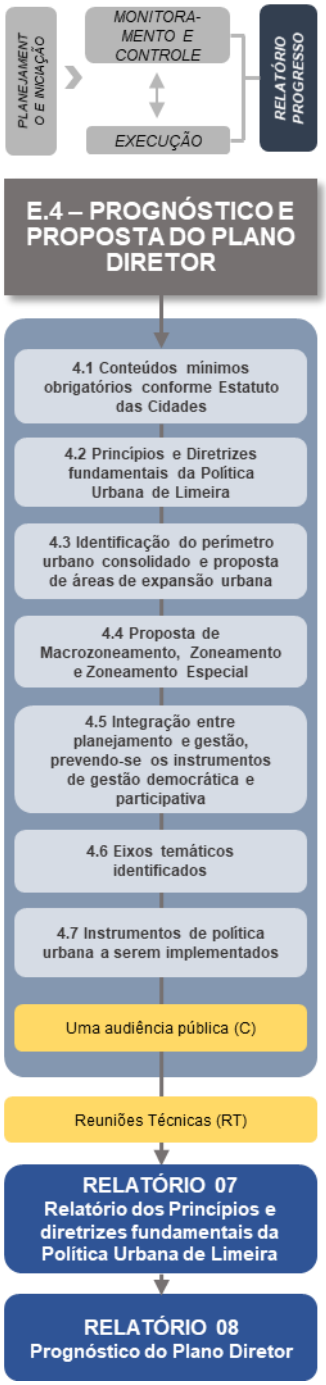
6.4 E.4 - Prognóstico e Proposta do PD

Na **Etapa 4** será desenvolvida uma síntese das problemáticas, deficiências e potencialidades presentes no município, considerando os cruzamentos dos resultados apresentados pelas leituras técnica e comunitária, esboçando ainda o cenário desejado para o Município.

Esta síntese do processo participativo de elaboração do diagnóstico resultará em um prognóstico, cujo conteúdo consolida os eixos estratégicos, hipóteses de ordenamento territorial, modelos de intervenção, diretrizes, instrumentos de ação e mecanismos de implementação do PD.

Esta etapa contará com a realização de uma **Audiência Pública** para apresentação da síntese da realidade municipal e das propostas preliminares do Plano Diretor, com o objetivo de que as mesmas sejam pactuadas coletivamente.

Todos os produtos desta etapa, como consta no Termo de Referência, deverão ser entregues em vias impressas e em arquivos



digitais editáveis, assim como as bases cartográficas que deverão ser disponibilizadas em plataforma digital online (Google Drive), em arquivo digital editável por software GIS e/ou DWG.

O seu desenvolvimento culminará na elaboração da Minuta do projeto de Lei do Plano Diretor, que deverá contemplar:

4.1 Conteúdos mínimos obrigatórios conforme Estatuto da Cidade;

4.2 Princípios e Diretrizes fundamentais da Política Urbana de Limeira;

4.3 Identificação do perímetro urbano consolidado e proposta de áreas de expansão urbana;

4.4 Proposta de Macrozoneamento, Zoneamento e Zoneamento Especial;

4.5 Integração entre planejamento e gestão, prevendo-se os instrumentos de gestão democrática e participativa;

4.6 Identificação dos eixos temáticos (principais políticas e planos setoriais identificados como prioritários e necessários);

4.7 Instrumentos de política urbana a serem implementados em Limeira.

Eventos:

a) Uma Audiência Pública, para a apresentação da síntese do diagnóstico e das propostas preliminares do Plano Diretor, com o objetivo de que as mesmas sejam pactuadas coletivamente. A apresentação da audiência fica sob responsabilidade da Consultoria, sendo a organização e divulgação ficará a carga da Prefeitura Municipal. A audiência pública está prevista para abril de 2025, com a data a ser acordada entre a equipe técnica da consultoria e a equipe técnica municipal. A definição do local, assim como a disponibilização dos equipamentos de apoio necessários, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Limeira;

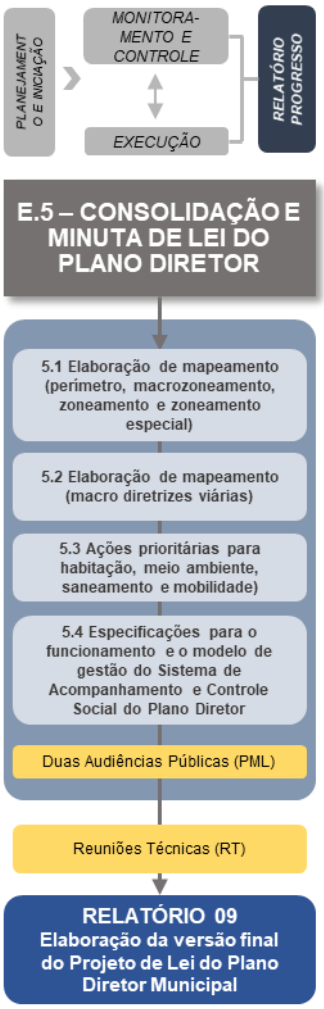
b) Reuniões Técnicas, para a definição do local e data da audiência pública e a consolidação dos eixos estratégicos, hipóteses de ordenamento territorial, modelos de intervenção, diretrizes, instrumentos de ação e mecanismos de implementação do plano. As reuniões deverão ocorrer ao longo da execução da etapa em questão.

Relatórios:

R07 – Relatório dos Princípios e diretrizes fundamentais da Política Urbana de Limeira

R08 – Prognóstico e Propostas do Plano Diretor

6.5 E.5 - Consolidação da Minuta de Lei do PDM



Na **Etapa 5** a TESE irá auxiliar a Prefeitura quanto às especificações para funcionamento e o modelo de gestão do Sistema de Acompanhamento e Controle Social do plano diretor.

Todos os produtos desta etapa, como consta no Termo de Referência, deverão ser entregues em vias impressas e em arquivos digitais editáveis, assim como as bases cartográficas que deverão ser disponibilizadas em plataforma digital online (Google Drive), em arquivo digital editável por software GIS e/ou DWG.

Esta etapa contará com a realização de **duas audiências públicas,** e após a sua efetivação, a consultoria irá elaborar a versão final do Projeto de Lei do Plano Diretor, incorporando os seguintes tópicos e instrumentos:

- Definição dos princípios e diretrizes da política de desenvolvimento e expansão urbana;
- Definição da função social da cidade e da propriedade urbana;
- Definição de diretrizes para o desenvolvimento das atividades rurais; e ainda, deverá contemplar as seguintes atividades, descritas a seguir:

5.1 Apresentação de mapeamentos (perímetro, macrozoneamento, zoneamento, zoneamento especial, aplicação dos instrumentos da política urbana);

5.2 Apresentação de mapeamento com as macros diretrizes municipais (áreas preferenciais para implantação de equipamentos, hierarquização viária e traçado básico das vias principais projetadas);

5.3 Ações prioritárias para habitação, meio ambiente, saneamento e mobilidade;

5.4 Especificações para o funcionamento e o modelo de gestão do Sistema de Acompanhamento e Controle Social do Plano Diretor.

<u>Eventos:</u>

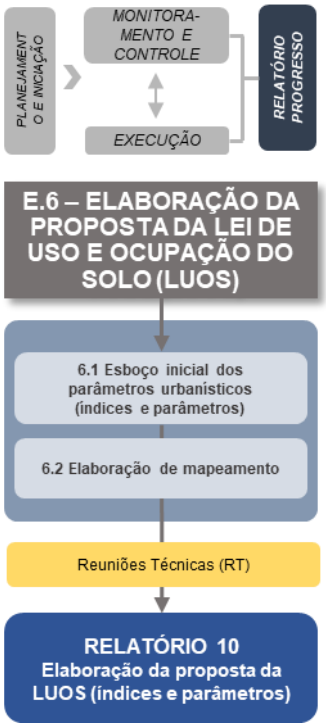
a) Duas Audiências Públicas para apresentação da Minuta de Lei do Plano Diretor. As temáticas abordadas em ambos os eventos serão as mesmas. A realização destas fica sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Limeira, com orientação da equipe técnica da consultoria para a produção de materiais de apoio e condução dos eventos. As audiências públicas estão previstas para o mês de maio de 2025, com a data a ser definida pela equipe técnica municipal. A definição do local, assim como a disponibilização dos equipamentos de apoio necessários, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Limeira;

b) Reuniões Técnicas, para a definição e consolidação da Minuta de Lei do PD. As reuniões deverão ocorrer ao longo da execução da etapa em questão.

Relatórios:

R09 - Elaboração da versão final do Projeto de Lei do Plano Diretor Municipal, que deverá ser encaminhada à Câmara de Vereadores para aprovação.

6.6 E.6 - Proposta de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)



A **Etapa 6** deverá conter a síntese das análises preliminares da Lei de Uso e Ocupação do Solo, fruto das reuniões técnicas com a equipe da Prefeitura, o detalhamento do território e **esboço inicial dos índices, parâmetros urbanísticos e a incidência de instrumentos urbanísticos definidos no Plano Diretor**.

Todos os produtos desta etapa, como consta no Termo de Referência, deverão ser entregues em vias impressas e em arquivos digitais editáveis, assim como as bases cartográficas que deverão ser disponibilizadas em plataforma digital online (Google Drive), em arquivo digital editável por software GIS e/ou DWG.

O seu desenvolvimento deverá contemplar as seguintes atividades, descritas a seguir:

6.1 **Esboço inicial** dos parâmetros urbanísticos (índices e parâmetros) para o macrozoneamento e zoneamento pré-estabelecido em etapa anterior.

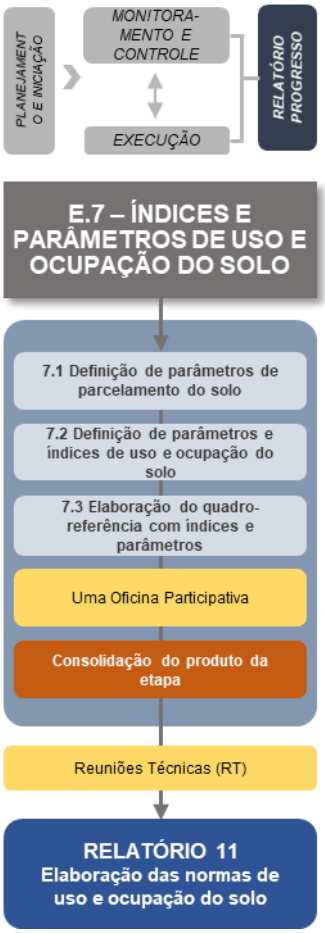
Eventos:

a) Reuniões Técnicas, para a consolidação do esboço inicial dos índices, parâmetros urbanísticos e a incidência de instrumentos urbanísticos definidos no Plano Diretor. As reuniões deverão ocorrer ao longo da execução da etapa em questão.

Relatórios:

R10 - Elaboração da proposta da LUOS (índices e parâmetros)

6.7 E.7 - Índices e Parâmetros do Uso e Ocupação do Solo



Na **Etapa 7**, as zonas propostas e caracterizadas se associarão aos respectivos índices e parâmetros de uso e ocupação do solo, visando a garantia do cumprimento das diretrizes do Plano Diretor e os instrumentos de controle do uso e ocupação do solo.

Todos os produtos desta etapa, como consta no Termo de Referência, deverão ser entregues em vias impressas e também em arquivos digitais editáveis, assim como as bases cartográficas que deverão ser disponibilizadas em plataforma digital online (Google Drive), em arquivo digital editável por software GIS e/ou DWG.

O seu desenvolvimento deverá contemplar as seguintes atividades e eventos, descritos a seguir:

7.1 Definição de parâmetros de parcelamento do solo;
7.2 Definição de parâmetros e índices de uso e ocupação do solo;
7.3 Elaboração de quadro-referência com índices e parâmetros.

Eventos:

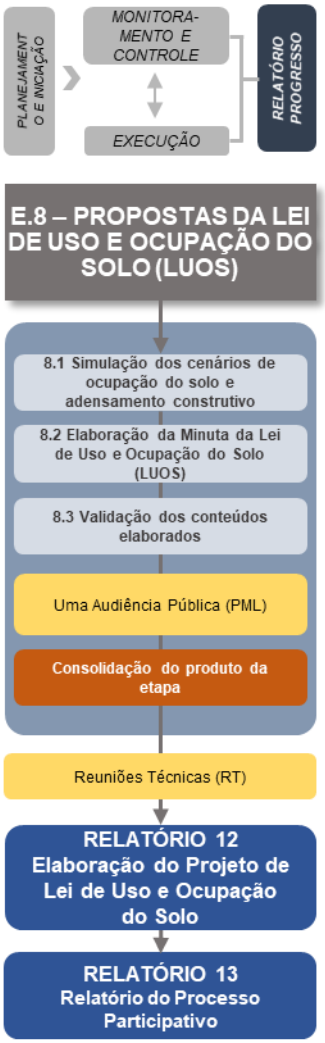
a) Uma Oficina Participativa, sob a condução da equipe técnica da consultoria, com o objetivo de apresentação e debate das propostas, índices e parâmetros de uso e ocupação do solo. Neste evento será aplicada a metodologia descrita no item 5.1.7, referente aos quadros CDP-**P**, para consolidação das propostas de diretrizes e ações contidas na Minuta de Lei do PD, e ainda, para o debate das normas de uso e ocupação do solo por meio de Grupos Focais – World Café (conforme descrito no item 3.3.1). Também poderá ser aplicado questionário através da ferramenta online chamada Mentimeter. A oficina Participativa está prevista para abril de 2025, com a data a ser acordada entre a equipe técnica da consultoria e a equipe técnica municipal. A definição do local, assim como a disponibilização dos equipamentos de apoio necessários, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Limeira;
b) Reuniões Técnicas, para a definição do local e data da oficina Participativa, bem como para a pactuação dos índices e parâmetros de uso e ocupação do solo. As reuniões deverão ocorrer ao longo da execução da etapa em questão.

Relatórios:

R11 - Elaboração das normas de uso e ocupação do solo.

Observação: o relatório do processo participativo desta etapa estará contido junto com o relatório 13.

6.8 E.8 - Proposta da Minuta de LUOS



A **Etapa 8** consiste na consolidação dos mapas, índices e parâmetros mediante simulações de adensamento construtivo, validação dos elementos em discussões técnicas com a Prefeitura e na Audiência Pública da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que deverá se realizar nessa etapa, concluindo o processo participativo.

O seu desenvolvimento deverá contemplar as seguintes atividades e eventos, descritos a seguir:

8.1 Simulação dos cenários de ocupação do solo e adensamento construtivo, a partir dos parâmetros de uso e ocupação do solo discutidos em etapa anterior;

8.2 Elaboração da Minuta da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS);

8.3 Validação dos conteúdos elaborados.

Eventos:

a) Uma Audiência Pública, com o objetivo de apresentar a Proposta da Minuta de Lei de Uso e Ocupação do Solo. A realização deste evento está sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Limeira, com eventual orientação da equipe técnica da consultoria para a produção de materiais de apoio e condução do evento. A audiência pública está prevista para junho de 2025, com a data a ser definida pela equipe técnica municipal. A definição do local, assim como a disponibilização dos equipamentos de apoio necessários, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Limeira;

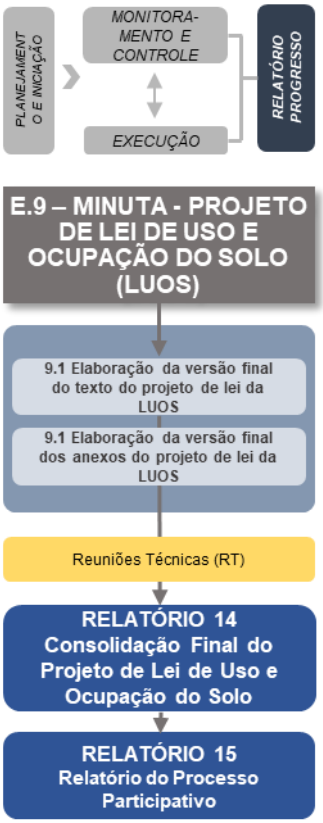
b) Reuniões Técnicas, consolidação da Proposta da Minuta de Lei de Uso e Ocupação do Solo. As reuniões deverão ocorrer ao longo da execução da etapa em questão.

Relatórios:

R12 - Elaboração do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

R13 - Relatório do Processo Participativo

6.9 E.9 - Consolidação da Minuta de LUOS



Na **Etapa 9** será elaborada a versão final do projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo para encaminhamento à Câmara Municipal.

Essa minuta reflete todo o processo de discussão ocorrido nas etapas anteriores, observando a devida ancoragem de seu conteúdo com as diretrizes de ordenamento territorial do município contida no Plano Diretor.

Todos os produtos desta etapa, como consta no Termo de Referência, deverão ser entregues em vias impressas e em arquivos digitais editáveis, assim como as bases cartográficas que deverão ser disponibilizadas em plataforma digital online (Google Drive), em arquivo digital editável por software GIS e/ou DWG.

O seu desenvolvimento deverá contemplar as seguintes atividades e eventos, descritos a seguir:

9.1 Elaboração da versão final do texto do projeto de lei da LUOS;

9.2 Elaboração da versão final dos anexos do projeto de lei da LUOS.

Eventos:

a) Reuniões Técnicas, para a aprovação final do projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo. As reuniões deverão ocorrer ao longo da execução da etapa em questão.

Relatórios:

R14 - Consolidação Final do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)

R15 - Relatório do Processo Participativo

7 EVENTOS PARTICIPATIVOS

No quadro a seguir, apresenta-se a síntese dos eventos que serão realizados ao longo do processo de revisão do Plano Diretor e da elaboração da LUOS de Limeira, incluindo os principais participantes, a pauta abordada em cada evento, a metodologia aplicada, as formas de registro e a responsabilidade de cada entidade. Também são descritos os meios de comunicação e divulgação dos mesmos.

As semanas sugeridas para a realização dos eventos estão detalhadas no cronograma do Plano de Trabalho (vide capítulo 8). A definição das datas será acordada entre a equipe técnica da consultoria e a equipe técnica municipal, nas reuniões técnicas previstas ao longo de todas as Etapas do trabalho.

No processo de planejamento como o do Plano Diretor, que envolve uma grande quantidade e diversidade de atores locais, é oportuno combinar formas de participação que privilegiem os seguintes aspectos:

- a consulta: por empregar mecanismos mais complexos e estruturados voltados a colher subsídios junto à comunidade, com a intenção de utilizá-los de forma efetiva na definição das características e objetivos da iniciativa em debate, constituindo-se em pré-requisito de adesão do plano;
- a informação: consiste na comunicação eficaz dos elementos fundamentais da consulta, permitindo que se conheça a percepção da realidade por parte dos atores chaves; e
- a avaliação dos resultados: que faz com que a participação não se restrinja, meramente, ao cumprimento de um dispositivo legal, mas assuma a condição de instrumento democrático da gestão urbana.

Neste sentido, serão realizados os seguintes eventos de participação:

- Capacitação e Treinamento;
- Reuniões Técnicas;
- Oficinas Participativas; e
- Audiências Públicas.

Quadro 4: Síntese dos Eventos Participativos

ETAPAS	EVENTOS/ATIVIDADES	PARTICIPANTES	CAPACIDADE DO LOCAL	RESPONSÁVEL	PAUTA	METODOLOGIA	MATERIAL DE APOIO (Responsabilidade)	FORMAS DE REGISTRO (Responsabilidade)	MEIOS DE DIVULGAÇÃO
Etapa 1 – Mobilização e Plano de Trabalho	Reuniões técnicas	Equipe da consultoria e equipe técnica municipal	-	Consultoria e equipe técnica municipal	Início dos trabalhos, alinhamento no conteúdo e cronograma previsto	Não aplicável	Não aplicável	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal/consultoria); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
	Capacitação	Equipe da consultoria, técnicos da Prefeitura	-	Consultoria	Capacitação dos técnicos da Prefeitura, visando à apropriação de conteúdos técnicos e jurídicos que serão abordados na elaboração do PD/LUOS, inclusive nos eventos participativos	Apresentação audiovisual	Datashow	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
	Treinamento	Equipe da consultoria; técnicos da Prefeitura	Aproximadamente 50 pessoas	Consultoria	Treinamento dos técnicos da Prefeitura no software de geoprocessamento QGis	Apresentação audiovisual	Datashow; aparelhos de som; microfone; computadores (Prefeitura Municipal)	Lista de presença; registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
Etapa 2 – Levantamento e Análise de Dados	Reuniões Técnicas	Equipe da consultoria; Equipe Técnica Municipal	Plataforma virtual	Consultoria e Equipe Técnica Municipal	Levantamento de dados; debate sobre as temáticas levantadas	Apresentação audiovisual (se for o caso)	Não aplicável	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal/consultoria); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
Etapa 3 – Leitura Comunitária	Reuniões Técnicas	Equipe da consultoria; Equipe Técnica Municipal	Plataforma virtual ou presencial	Consultoria e equipe técnica municipal	Organização das oficinas participativas; orientação na condução dos eventos participativos	Apresentação audiovisual (se for o caso)	Datashow (se for o caso)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal/consultoria); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
	Duas Oficinas Participativas	Equipe da consultoria; Equipe Técnica Municipal; Comissão de Acompanhamento do PD/LUOS; Sociedade civil organizada	-	Consultoria	Capacitação dos participantes; Identificação e debate das CDP	Grupos Focais - Word café e Nuvem de Palavras; CDP;	Datashow; microfones aparelhos de som (Prefeitura Municipal); plataformas digitais (internet – Prefeitura Municipal); papelaria (consultoria)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Rádio, jornais, carros de som, Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos; mídias sociais e *site* da Prefeitura Municipal de Limeira; cartazes e faixas;

ETAPAS	EVENTOS/ATIVIDADES	PARTICIPANTES	CAPACIDADE DO LOCAL	RESPONSÁVEL	PAUTA	METODOLOGIA	MATERIAL DE APOIO (Responsabilidade)	FORMAS DE REGISTRO (Responsabilidade)	MEIOS DE DIVULGAÇÃO
	Duas Audiências Públicas	Equipe Técnica Municipal; Comissão de Acompanhamento do PD/LUOS; Conselhos Municipais; entidades; sociedade civil	Aproximadamente 120 pessoas	Equipe Técnica Municipal	Apresentação dos resultados das Oficinas Participativas	Apresentação audiovisual; Aplicação de questionário por meio do *Mentimeter* (se for o caso);	Datashow; microfones; aparelhos de som; internet, caso seja feita transmissão on-line (Prefeitura Municipal); Papelaria (Prefeitura Municipal); aparelhos eletrônicos móveis (celulares, tablets)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal); registro fotográfico (Prefeitura Municipal); Ficha de inscrição on-line (consultoria)	Rádio, jornais, carros de som, Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos; mídias sociais e site da Prefeitura Municipal de Limeira; cartazes e faixas; Publicação em Diário oficial do Município com antecedência mínima de 15 dias.
	Questionários (enquete)	Equipe Técnica Municipal; Comissão de Acompanhamento do PD/LUOS; Conselhos Municipais; entidades; sociedade civil	-	Consultoria	Levantamento das deficiências e potencialidades do Município	Não aplicável	Ferramenta online (*Google Forms*)	Ferramenta online (*Google Forms*)	Site da Prefeitura Municipal
Etapa 4 – Prognóstico e Proposta do PDM	Reuniões Técnicas	Equipe técnica da consultoria; Equipe Técnica Municipal	Plataforma virtual ou presencial	Consultoria e Equipe Técnica Municipal	Organização dos eventos participativos; debate acerca do ordenamento territorial, diretrizes, instrumentos de ação e mecanismos de implementação do plano (prognóstico e proposta preliminar do PD).	Apresentação audiovisual (se for o caso)	Não aplicável	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal/consultoria); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
	Audiência Pública	Equipe Técnica Municipal; Comissão de Acompanhamento do PD/LUOS; Conselhos Municipais; entidades; sociedade civil	Aproximadamente 120 pessoas	Consultoria	Apresentação da síntese do diagnóstico e das propostas preliminares do Plano Diretor, com o objetivo de que as mesmas sejam pactuadas coletivamente.	Apresentação audiovisual Aplicação de questionários por meio do *Mentimeter*	Datashow; microfones; aparelhos de som; internet, caso seja feita transmissão on-line (Prefeitura Municipal);; aparelhos eletrônicos móveis (celulares, tablets)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal); Ficha de inscrição on-line (consultoria)	Rádio, jornais, carros de som, Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos; mídias sociais e site da Prefeitura Municipal de Limeira; cartazes e faixas; Publicação em Diário oficial do Município com antecedência mínima de 15 dias.

ETAPAS	EVENTOS/ATIVIDADES	PARTICIPANTES	CAPACIDADE DO LOCAL	RESPONSÁVEL	PAUTA	METODOLOGIA	MATERIAL DE APOIO (Responsabilidade)	FORMAS DE REGISTRO (Responsabilidade)	MEIOS DE DIVULGAÇÃO
Etapa 5 – Consolidação da Minuta de Lei do PDM	Reuniões Técnicas	Equipe técnica da consultoria; Equipe Técnica Municipal	Plataforma virtual ou presencial	Consultoria e Equipe Técnica Municipal	Debate e consolidação da Minuta de Lei do PD	Apresentação audiovisual (se for o caso)	Datashow (se for o caso)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
	Duas Audiências Públicas	Equipe Técnica Municipal; Comissão de Acompanhamento do PD/LUOS; Conselhos Municipais; entidades; sociedade civil	Aproximadamente 120 pessoas	Equipe Técnica Municipal	Apresentação da Minuta de Lei do Plano Diretor	Apresentação audiovisual	Datashow; microfones; aparelhos de som; internet, caso seja feita transmissão on-line (Prefeitura Municipal);; aparelhos eletrônicos móveis (celulares, tablets)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal); registro fotográfico (Prefeitura Municipal); Ficha de inscrição on-line (consultoria)	Rádio, jornais, carros de som; Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos; mídias sociais e site da Prefeitura Municipal de Limeira; cartazes e faixas; Publicação em Diário oficial do Município com antecedência mínima de 15 dias.
Etapa 6 – Proposta de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)	Reuniões Técnicas	Equipe técnica da consultoria; Equipe Técnica Municipal	Plataforma virtual ou presencial	Consultoria e Equipe Técnica Municipal	Esboço inicial dos índices, parâmetros urbanísticos e a incidência de instrumentos urbanísticos definidos no Plano Diretor	Apresentação audiovisual (se for o caso)	Datashow (se for o caso)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal/consultoria); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
Etapa 7 – Índice e Parâmetros do Uso e Ocupação do Solo	Reuniões Técnicas	Equipe técnica da consultoria; Equipe Técnica Municipal	Plataforma virtual ou presencial	Consultoria e Equipe Técnica Municipal	Análise dos Índices e Parâmetros do Uso e Ocupação do Solo	Apresentação audiovisual (se for o caso)	Datashow (se for o caso)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal/consultoria); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
	Oficinas Participativas	Equipe da consultoria; Equipe Técnica Municipal; Comissão de Acompanhamento do PD/LUOS; Sociedade civil organizada	Aproximadamente 45 pessoas	Consultoria	Apresentação e Debate das propostas, índices e parâmetros de uso e ocupação do solo	Grupos Focais-Nuvem de Palavras e World Café; Quadro CDP-**P**; Aplicação de questionários por meio da ferramenta online *Mentimeter*	Datashow; microfones; aparelhos de som (Prefeitura Municipal); plataformas digitais (internet – Prefeitura Municipal); Papelaria (consultoria)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Rádio, jornais, carros de som, Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos; mídias sociais e site da Prefeitura Municipal de Limeira; cartazes e faixas

ETAPAS	EVENTOS/ATIVIDADES	PARTICIPANTES	CAPACIDADE DO LOCAL	RESPONSÁVEL	PAUTA	METODOLOGIA	MATERIAL DE APOIO (Responsabilidade)	FORMAS DE REGISTRO (Responsabilidade)	MEIOS DE DIVULGAÇÃO
Etapa 8 – Proposta da Minuta de LUOS	Reuniões Técnicas	Equipe técnica da consultoria; Equipe Técnica Municipal	Plataforma virtual	Consultoria e Equipe Técnica Municipal	Debate da proposta da Minuta de LUOS	Apresentação audiovisual (se for o caso)	Não aplicável	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal/consultoria); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)
	Audiência Pública	Equipe Técnica Municipal; Comissão de Acompanhamento do PD/LUOS; Conselhos Municipais; entidades; sociedade civil	Aproximadamente 120 pessoas	Equipe Técnica Municipal	Apresentação da Proposta da Minuta de Lei de Uso e Ocupação do Solo	Apresentação audiovisual;	Datashow; microfones; aparelhos de som; internet, caso seja feita transmissão on-line (Prefeitura Municipal); aparelhos eletrônicos móveis (celulares, tablets)	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal); registro fotográfico (Prefeitura Municipal); Ficha de inscrição on-line (consultoria)	Rádio, jornais, carros de som;Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos; mídias sociais e *site* da Prefeitura Municipal de Limeira; cartazes e faixas; Publicação em Diário oficial do Município com antecedência mínima de 15 dias.
Etapa 9 – Consolidação da Minuta de LUOS	Reuniões Técnicas	Equipe técnica da consultoria; Equipe Técnica Municipal	Plataforma virtual	Consultoria e Equipe Técnica Municipal	Validação dos elementos da Minuta de LUOS para o encaminhamento à Câmara Municipal	Apresentação audiovisual (se for o caso)	Não aplicável	Lista de presença, gravação (Prefeitura Municipal/consultoria); registro fotográfico (consultoria e Prefeitura Municipal)	Convites encaminhados por aplicativo (WhatsApp) e meios eletrônicos (e-mail)

Legenda:

Eventos já realizados

8 CRONOGRAMA

O cronograma físico para a revisão do PD e elaboração da LUOS é uma importante ferramenta para a gestão do andamento do trabalho, pela simplicidade e abrangência das suas funcionalidades, possibilitando ampla visualização e intercruzamento das diversas atividades a serem realizadas, bem como permite a fácil reestruturação das fases, caso necessário.

Assim, o Quadro 5, a seguir, apresenta o cronograma físico para a execução das atividades no processo em questão, o qual demandará um período total de 12 meses. Além das atividades e o período de execução de cada uma delas, visualiza-se os momentos que serão realizadas as capacitações e treinamento, reuniões técnicas, Oficinas Participativas e audiências públicas. Ressalta-se que, caso haja necessidade de ser realizado algum ajuste em função de proximidades de datas de eventos externos, o cronograma ora apresentado poderá ser ajustado em momento oportuno, uma vez que o cronograma proposto para o PD e LUOS pode sofrer modificações durante o processo.

Quadro 5: Cronograma de Revisão do PD e Elaboração da LUOS de Limeira

ETAPAS		ATIVIDADES	MÊS 1				MÊS 2				MÊS 3				MÊS 4				MÊS 5				MÊS 6				MÊS 7				MÊS 8				MÊS 9				MÊS 10				MÊS 11				MÊS 12			
			AGOSTO				SETEMBRO				OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZEMBRO				JANEIRO				FEVEREIRO				MARÇO				ABRIL				MAIO				JUNHO				JULHO			
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
ETAPA 01	Mobilização e Plano de Trabalho	**R1 - Relatório Capacitação e Treinamento**				R1																																										
		R2 - Plano de Trabalho						R2																																								
		Eventos participativos		CA									T	T																																		
					RT1									RT2																																		
		Levantamento de Campo			VC																																											
ETAPA 02	Levantamento e Análise de Dados (Leitura Técnica)	**R3 - Relatório de Dados**										R3																																				
		R4 - Diagnóstico (Leitura Técnica)																		R4																												
		Eventos participativos															RT3																															
		Visitas de campo																VC																														
ETAPA 03	Leitura Comunitária	**R5 - Relatório da Leitura Comunitária** (oficinas participativas)																								R5																						
		R6 - Relatório do Processo Participativo (oficinas, audiências e questionário)																												R6																		
		Eventos participativos																		RT4								RT5																				
																								O1O2																								
																													A1 A2																					
ETAPA 04	Prognóstico e Proposta do PDM	**R7 - Relatório dos Princípios e diretrizes fundamentais da Política Urbana de Limeira (Minuta de Lei do PD)**																													R7																	
		R8 - Prognóstico e Propostas do Plano Diretor																														R8																
		Eventos participativos																												RT6			RT7																	
																																				A3														
ETAPA 05	Consolidação da Minuta de Lei do PDM	**R9 - Elaboração da versão final do Projeto de Lei do Plano Diretor Municipal**																																													R9	
		Eventos participativos																																					A4 A5									RT11	
ETAPA 06	Proposta de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)	**R10 - Elaboração da proposta da LUOS (esboço inicial índices e parâmetros)**																																				R10												
		Eventos participativos																																				R08												
ETAPA 07	Índice e Parâmetros do Uso e Ocupação do Solo	**R11 - Elaboração das normas de uso e ocupação do solo (índices e parâmetros)**																																					R11										
		Eventos participativos																																					O3			RT9								
ETAPA 08	Proposta da Minuta da LUOS	**R12 - Elaboração do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo**																																											R12				
		R13 - Relatório do Processo Participativo																																												R13			
		Eventos participativos																																										A5	RT10					
ETAPA 09	Consolidação da Minuta da LUOS	**R14 - Consolidação Final do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)**																																															R14
		R15 - Relatório do Processo Participativo																																															R15
		Eventos participativos																																															RT12
PRODUTOS A SEREM ENTREGUES						R1		R2				R3								R4						R5				R6	R7	R8						R10		R11						R12	R13		R9	R14 | 15
						5%		5%				10%								5%						10%				5%	10%	10%						10%		10%						5%	5%		5%	5%
Capacitaçao (CA) (com Equipe da Prefeitura Municipal)				CA																																												
Treinamento (T) (com Equipe Tecnica da Prefeitura Municipal)													T	T																																		
Reuniões Técnicas (RT) (com ETM)					RT1									RT2			RT3			RT4								RT5		RT6			RT7					RT8				RT9			RT10				RT11	RT12
Oficinas Participativas (O) (com Equipe Tecnica Municipal, Comissão de Acompanhamento do PD/LUOS e Sociedade Civil Organizada)																								O1O2															O3											
Audiências Públicas (A)																													A1 A2							A3					A4 A5				A5						
Visita de Campo (VC)					VC													VC																														

Legenda

- **A** Audiência Pública responsabilidade PML
- **A** Audiência Pública responsabilidade Consultoria
- **CA** Capacitação
- **O** Oficina Participativa
- **R** Relatório
- **RT** Reunião Técnica
- **T** Treinamento
- **VC** Visita de Campo
- Eventos já realizados

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.* Brasília: Portal da Legislação, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: agosto 2024.

ConCidades - Conselho das Cidades. *Resolução ConCidades nº 25 de 18 de março do 2005.* Disponível em: < https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-25-2005_102246.html>. Acesso em: agosto 2024.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.* Disponível em: < https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/peld/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-1>. Acesso em: agosto 2024.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Análise do meio físico para avaliação das limitações ambientais*. Disponível em: < https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/476000/analise-do-meio-fisico-para-avaliacao-das-limitacoes-ambientais>. Acesso em: agosto 2024.

FRANCO, Augusto e Pogrebinschi, Thamy (orgs.). *Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey*. Porto Alegre: EdiPUC, 2008.

FREITAS, G. M. O.; CAVALCANTE, T. R.; AMORIM, A.; Freitas, K. *A Prática da Gestão da Educação de Jovens e Adultos no Serviço Social da Indústria no Estado da Bahia. (2018)* Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/325611002_A_PRATICA_DA_GESTAO_DA_EDUCACAO_DE_JOVENS_E_ADULTOS_NO_SERVICO_SOCIAL_DA_INDUSTRIA_NO_ESTADO_DA_BAHIA>. Acesso em: agosto 2024.

FREY, K. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e políticas públicas, Brasília, n. 21, jun. 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: agosto 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. *Censo 2000*. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em: agosto 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. *Censo 2022*. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: agosto 2024.

ICS - Instituto Cidades Sustentáveis. *IDSC – BR Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil*, 2024. Disponível em: < https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: agosto 2024.

IRVING, M. A. et al. *Governança e políticas públicas: desafios para gestão de parques nacionais no Brasil. In: FONTAINE, G.; VLIET, G. V.; PASQUIS, R. (Org.). Políticas ambientales y gobernabilidad en América Latina.* 2007.

LIMEIRA. *Lei Complementar nº 442, de 12 de janeiro de 2009.* Dispõe sobre o Plano Diretor Territorial-Ambiental do Município de Limeira e dá outras providências. Disponível em: < https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/downloads/c8afe681b7a94c9de928571bbb4a3410.pdf >.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino, CUNHA, Eleonora Schettini Martins. *Relatório: aprimoramento de eventos da ALMG.* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, 2012.

TORRES, Victor. *Renaturalizar a cidade: ampliando o conceito de sustentabilidade [Re-naturalizar la Ciudad: Trascendiendo el concepto de sostenibilidad]* 21 Nov 2021. ArchDaily Brasil. (Trad. Daudén, Julia).

Revisão do
Plano Diretor Municipal
de Limeira - SP

ANEXOS

Revisão do
Plano Diretor Municipal
de Limeira - SP

Anexo A

Revisão do Plano Diretor Municipal de Limeira – SP | Checklist

Índice

Dados Gerais 65

1 Base Cartográfica 65

2 Foto aérea/Imagem de Satélite (Recentes e Série Histórica) 65

3 Planos, programas e projetos pertinentes ao Plano Diretor 65

Aspectos Físico-Ambientais 66

4 Geologia 66

5 Recursos Minerais 66

6 Hidrografia 66

7 Vegetação 66

8 Áreas de Preservação e Conservação Ambientais 67

Aspectos Territoriais 68

9 Uso e Ocupação do Solo Urbano 68

9.1 Estrutura Fundiária e Ocupação do Solo 68

9.2 Distritos 70

9.3 Habitação 70

Uso do Solo Rural (questionário separado e específico) 71

10 Circulação 71

10.1 Caracterização da circulação regional 71

10.2 Caracterização do sistema viário municipal 71

10.3 Hierarquia das vias: principais, coletoras, locais, etc. (legislação municipal) 71

10.4 Sistema de transporte urbano 72

11 Saneamento (caso possua o PMSB recente não precisa responder) 73

11.1 Sistema de abastecimento de água (urbano e rural) 73

11.2 Sistema de esgoto (urbano e rural) 73

11.3 Sistema de drenagem urbana (urbano e rural) 74

11.4 Sistema de resíduos sólidos (urbano e rural) 74

12 Energia 74

12.1 Sistema de energia elétrica (urbano e rural) 74

13 Iluminação 75

13.1 Sistema de iluminação pública (urbano e rural) 75

14 Comunicação 75

14.1 Serviços de telefonia fixa e móvel (urbanos e rurais) 75

14.2 Serviços de correios e telégrafos (EBCT) 76

14.3 Canais de comunicação local 76

Aspectos Sociais 76

15 Saúde 76

15.1 Equipamentos de saúde do município 76

15.2 atendimento ... 77
16 Assistência Social ... 78
16.1 Equipamentos e Estrutura de Atendimento ... 78
16.2 Programas existentes no município ... 78
17 Educação ... 78
17.1 Número de escolas (Públicas e Particulares) ... 78
17.2 Número de alunos ... 79
17.3 Estruturas Educacionais ... 79
17.4 Programas educacionais ... 79
18 Segurança Pública ... 80
18.1 Programas de Segurança Pública ... 80
18.2 Estrutura Física ... 80
18.3 Crimes ... 80
19 Cultura, Esportes e Lazer ... 80
19.1 Festividades ... 80
19.2 Patrimônio Histórico ... 80
19.3 Clubes Sociais e Recreativos ... 80
19.4 Estrutura Religiosa ... 80
19.5 Estrutura Esportiva ... 80
19.6 Estrutura Cultural ... 81
19.7 Estrutura de lazer ... 81
19.8 Programas e Atividades ... 81
19.9 Pontos Turísticos ... 81
19.10 MAPAS ... 82
Aspectos Econômicos ... 83
20 Indústria ... 83
21 Comércio e Serviços ... 83
22 Emprego e Renda ... 83
Aspectos Administrativos ... 84
23 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ... 84
24 ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS ... 84
25 Levantamento de equipamentos de informática ... 85
26 Cadastro Técnico Imobiliário ... 86
27 Consórcios Intermunicipais ... 86
28 Terceirização ... 87
29 Inadimplência municipal ... 87
30 Base tributária e financeira ... 87
30.1 Receitas Arrecadadas e Estimadas ... 88
30.2 Despesas Realizadas e Estimadas Por Grupo ... 89
30.3 Despesas Realizadas e Estimadas Por Função de Governo ... 89

30.4 Resultados e Metas Fiscais 90
30.5 Cronograma de Desembolsos Financeiros 90
30.6 Projetos em Andamento 91
31 Recursos humanos 91
32 Organização Participativa 93
32.1 A prefeitura mantém reuniões periódicas com a comunidade organizada? 94
32.2 Existe no município Fórum de Desenvolvimento Local? 94
32.3 O Conselho da Cidade se reúne periodicamente? Quais os principais assuntos tratados? qual é a data (dia da semana) das reuniões? 94
33 Documentos e Legislações 94

Dados Gerais

1 Base Cartográfica

- ❑ Abrangência municipal (escala mínima 1:50.000). Qual é o ano e fonte?

_____

- ❑ Áreas urbanas (escala mínima 1:10.000). Qual é o ano e fonte?

- ❑ Cadastro imobiliário? Multifinalitário?

_____

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

2 Foto aérea/Imagem de Satélite (Recentes e Série Histórica)

- ❑ Abrangência municipal (escala mínima 1:25.000). Qual é o ano e fonte?

_____

- ❑ Áreas urbanas (escala mínima 1:8.000). Qual é o ano e fonte?

_____

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

3 Planos, programas e projetos pertinentes ao Plano Diretor

Indicar se possui, ano de elaboração e alguma observação se tiver. Favor separar os arquivos e nos enviar (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

Estudo/Plano/Projeto	Ano de elaboração	Observação
Plano Diretor (em vigência), todos os produtos como: Diagnostico, proposições, plano de ação		
Plano de Habitação ou Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)		
Plano Municipal de Saneamento Básico		
Pano Municipal de Mobilidade		
Plano de Drenagem		
Plano de Defesa Civil ou Áreas de Riscos		
Plano de Arborização		
Agenda 21/Agenda 2030 e Nova Agenda Urbana		

4 Geologia

- ❑ Levantamento/Estudo Geológico
- ❑ Pesquisas minerais já estudadas ou requeridas pela prefeitura
- ❑ Sondagens de solo e rocha realizados pela prefeitura

Indicar se possui, ano de elaboração e alguma observação se tiver. Favor separar os arquivos/documento e nos enviar (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

5 Recursos Minerais

- ❑ Cadastro das minas e lavras do município.
- ❑ Área ou mina própria (da prefeitura) para extração de saibro e/ou outra substância mineral utilizada no desenvolvimento da infraestrutura municipal (dados e localização).
- ❑ Arrecadação da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos) em relação às lavras (minas) regularizadas no órgão federal e/ou estadual.

6 Hidrografia

- ❑ Mapa com nome atualizado da hidrografia (cursos de água, córregos).
- ❑ Localização e tipo das captações de abastecimento de água (superficial, poços e/ou nascentes)

Indicar se possui, ano de elaboração e alguma observação se tiver. Favor separar os arquivos/documento e nos enviar (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

7 Vegetação

- ❑ Pesquisas relativas às formações florestais no município
- ❑ Planos ou projetos relativos à flora municipal
- ❑ Existência de horto municipal.

Indicar se possui, ano de elaboração e alguma observação se tiver. Favor separar os arquivos/documento e nos enviar (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

8 Áreas de Preservação e Conservação Ambientais

- ❑ Cadastro de áreas de interesse ambiental (classificação, área, localização)
- ❑ Parques municipais e urbanos (Unidades de Conservação ou outros)
- ❑ Programas municipais, ou em parcerias com outras esferas de governo. Caso afirmativo, disponibilizar material dos mesmos.

_____

_____

_____

Indicar se possui, ano de elaboração e alguma observação se tiver. Favor separar os arquivos/documento e nos enviar (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

9 Uso e Ocupação do Solo Urbano

9.1 Estrutura Fundiária e Ocupação do Solo

- ❑ Situação dos parcelamentos existentes (aprovados, irregulares, não ocupados, não implantados) no formato de tabela, exemplo:

Nome Parcelamento	**Status** aprovado, irregular, não ocupado, não implantado	Região/Bairro	Ano de implantação	Número de lotes

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

Cadastro de loteamentos existentes e respectivos dados (área total, número de lotes (ocupados e vazios), área do lote modal, área pública, data de aprovação, planta de aprovação em anexo digital)

Nome Parcelamento	Área Total	Número de lotes ocupados	Número de lotes vazios	Área do lote modal	Data de aprovação	planta em anexo (sim / não)

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

- ❑ Número de alvarás de parcelamentos emitidos nestes 20 anos e sua respectiva localização;
- ❑ Número de alvarás de funcionamento e localização emitidos, nestes 10 anos;
- ❑ Número de notificações e autuações realizadas pela fiscalização, indicando sua localização (funcionamento);
- ❑ Número de alvarás de edificações emitidos nestes 10 anos, com sua respectiva localização;
- ❑ Número de notificações e autuações realizadas pela fiscalização, indicando sua localização (edificações);
- ❑ Área média dos lotes do núcleo tradicional central (normalmente sem parcelamento aprovado)

- ❑ Cadastro de áreas públicas (ocupadas e vazias)

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

- ❑ Cadastro Imobiliário - mobiliário

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

- ❑ Demanda por ocupação (pedidos de parcelamento e ocupação do solo – em tramitação e/ou pedidos informais).

Se houver, favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

- ❑ Preço médio da terra em diferentes áreas (existe algum estudo ou mapa, qual a data de elaboração? Se houver, favor enviar.

- ❑ Regulamentação para aprovação de parcelamento (qual lei é utilizada?) Favor enviar.

_____

- ❑ Bibliografia que relata o histórico da ocupação do município.

9.2 Distritos

- ❑ Existência de distritos administrativos
- ❑ Existência de distritos urbanos
- ❑ Implementação/regulamentação legal (se houver, favor enviar).

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

9.3 Habitação

- ❑ Possui programas habitacionais para população de baixa renda, na atualidade? Se sim, favor mencionar quais.

  _____
- ❑ Loteamentos populares (COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO, MCMV, municipal). Quais? Onde?

  _____
- ❑ Ocupações irregulares (localização, número de famílias, data da ocupação, processo de realocação).

  _____
- ❑ Parcerias com a COMPANHIAS DE HABITAÇÃO. Programas de Regularização? Produção?

_____

- ❑ Há déficit habitacional no município? Quanto? Na área urbana e rural?

_____

- ❑ Há cadastro habitacional do município? Quanto? Na área urbana e rural?

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

10 Circulação

10.1 Caracterização da circulação regional

- ❑ Rodovias e acessos (sabe se possui previsão de obras? Onde? Há projeto?)
- ❑ Estrutura ferroviária (situação atual/frequência e tipo de uso)
- ❑ Obras em andamento, previsões e ampliações
- ❑ Sinalização

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

10.2 Caracterização do sistema viário municipal

- ❑ Estradas municipais (comunidades interligadas, tipo de pavimentação, etc.) Qual a condição de manutenção dessas?

_____

_____

_____

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

10.3 Hierarquia das vias: principais, coletoras, locais, etc. (legislação municipal)

- ❑ Características básicas das vias: tipo de pavimentação, parâmetros geométricos (faixas de domínio, rolamento e passeio). Possui mapa?
- ❑ Pontos de conflito (engarrafamentos, acidentes, etc.). Identificar e mapear.
- ❑ Sinalização Vertical ou Horizontal (quem cuida? Possui projeto ou padrão específico municipal?

  _____

  _____
- ❑ Obras em andamento, previsões e ampliações. Possui os projetos? Favor nos enviar.

  _____

  _____
- ❑ Dados sobre acidentes (locais e números). Se possuir nos enviar.
- ❑ Mapa da malha viária de 10 anos atrás ou de quando o Plano Diretor anterior foi elaborado (hierarquia, pavimentação e conflitos). Se possível disponibilizar a malha viária/base da época da elaboração do PDM vigente.
- ❑ Houve intervenções significativas nesses 10 anos de implantação do PDM vigente? Se sim, apontar em mapa o que e onde foi.

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email:

caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

10.4 Sistema de transporte urbano

- ❑ Sistema de transporte urbano (terminais, linhas, bairros interligados, horários, fluxo, etc.). É terceirizado? Atende todos os bairros e a demanda atual?

_____

_____

_____

- ❑ Sistema de transporte metropolitano (terminais, linhas, bairros interligados, horários, fluxo, etc.). Atende demanda atual? Quais as principais dificuldades?

_____

_____

_____

- ❑ Sistema de transporte rural (terminais, linhas, comunidades interligadas, horários, fluxo, etc.). Quantas linhas? Quais localidades atende? Quantos ônibus? Há comunidades que não são atendidas e há demanda?

_____

_____

_____

- ❑ Sistema de transporte escolar (linhas, comunidades atendidas, horários, fluxo, etc.) Frota. Houve aumento da frota nesses 10 anos? Se sim, de quanto foi este incremento? Como está a vida útil desses veículos? Toda a frota é municipal ou terceirizada? Como é realizada a manutenção? Quantas crianças são atendidas? Quais as linhas? População utiliza? Atende à demanda atual? Caso negativo, quais são as comunidades que necessitam?

_____

_____

- ❑ Sistema de transporte intermunicipal / interestadual (rodoviária, linhas, cidades interligadas, horários, fluxo, etc.) Quais empresas atuam? Para quais cidades? De onde sai ou chega?

_____

_____

_____

- ❑ Características básicas da frota no município (tipos de veículos, etc.).

_____

- ❑ Características da frota de veículos e equipamentos rodoviários municipal (quantidade de veículos e equipamentos e respectivas condições de manutenção e estimativa da vida útil de cada um deles. Apresentar preferencialmente os dados em tabelas.

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

11 Saneamento (caso possua o PMSB recente não precisa responder)

11.1 Sistema de abastecimento de água (urbano e rural)

- ❑ Mananciais, captação, reservação (locais, vazão captada). Localizar também.

_____

_____

_____

- ❑ Redes de distribuição (km) / área de atendimento (km^2)/ índices de abastecimento (%)

_____

_____

_____

- ❑ Tipologia do uso da água (residencial, comercial, industrial, etc.)

_____

_____

_____

- ❑ Obras em andamento, previsões e ampliações

_____

_____

- ❑ Quais as obras e ampliações realizadas nos últimos 10 anos (urbano e rural)? (NECESSÁRIO RESPONDER MESMO TENDO O PMSB)

_____

_____

11.2 Sistema de esgoto (urbano e rural)

- ❑ Tratamento, ETE, lançamentos de efluentes (inclusive *in natura*). Localizar em mapa também.
- ❑ Redes de coleta (km) / área de atendimento (km^2) / índices de atendimento (%)

_____

_____

_____

- ❑ Tipologia de efluentes (residencial, comercial, industrial, etc.)

_____

_____

_____

- ❑ Obras em andamento, previsões e ampliações

_____

_____

_____

- ❑ Quais as obras e ampliações realizadas nos últimos 10 anos (urbano e rural)? (NECESSÁRIO RESPONDER MESMO TENDO O PMSB)

  _____

  _____

11.3 Sistema de drenagem urbana (urbano e rural)

- ❑ Redes / área de atendimento / índices de atendimento. Favor localizar em mapa
- ❑ Lançamentos / locais de processos erosivos ou de degradação ambiental
- ❑ Rios canalizados. Favor localizar em mapa
- ❑ Obras em andamento, previsões e ampliações
- ❑ Planos e projetos existentes
- ❑ Qual a evolução que se teve nos últimos 10 anos? (NECESSÁRIO RESPONDER MESMO TENDO O PMSB)

_____

_____

11.4 Sistema de resíduos sólidos (urbano e rural)

- ❑ Coleta (rotas, frequência, área de atendimento, índices de atendimento)
- ❑ Tratamento e disposição final (lixão, aterro sanitário, tratamento para resíduos industriais e de serviços de saúde, etc.)
- ❑ Tipologia de estabelecimentos atendidos (residencial, comercial, industrial, etc.)
- ❑ Dados sobre reciclagem (coleta, quantidade, catadores informais, programas desenvolvidos, etc.)
- ❑ Obras em andamento, previsões e ampliações (lixão, aterro sanitário, etc.)
- ❑ Planos, projetos existentes (PGIRS Municipal)
- ❑ Qual a evolução que se teve nos últimos 10 anos? (NECESSÁRIO RESPONDER MESMO TENDO O PMSB)

_____

_____

Favor separar os arquivos e nos enviar o link de acesso para baixarmos os arquivos (email: caroline@tesetecnologia.com.br e mirna@tesetecnologia.com.br)

12 Energia

12.1 Sistema de energia elétrica (urbano e rural)

- ❑ Redes de atendimento / área de atendimento / índices de atendimento

_____

_____

_____

❑ Tipologia do uso (residencial, comercial, industrial, etc.)

_____

_____

_____

❑ Obras em andamento, previsões e ampliações

_____

_____

_____

❑ Usinas ou outras formas de geração de energia existentes (dados gerais)

_____

_____

_____

13 Iluminação

13.1 Sistema de iluminação pública (urbano e rural)

❑ Tipologia de iluminação pública (tipos de lâmpadas, iluminação diferenciada em praças, etc.) na área urbana e rural.

_____

_____

❑ Conflitos com arborização urbana? Se sim, há alguma ação corretiva e preventiva?

_____

_____

❑ Área de atendimento da iluminação pública na área urbana. Se possível com mapeamento.

_____

_____

14 Comunicação

14.1 Serviços de telefonia fixa e móvel (urbanos e rurais)

❑ Área de atendimento / índices de atendimento

_____

_____

- ❑ Postos de serviços, torres, etc. Se possível mapear a localização desses equipamentos.

_____

- ❑ Obras em andamento, previsões e ampliações

_____

14.2 Serviços de correios e telégrafos (EBCT)

- ❑ Agências ou postos, área de atendimento
- ❑ Tipologia do uso (residencial, comercial, industrial, etc.)
- ❑ Previsões e ampliações

_____

_____

_____

14.3 Canais de comunicação local

- ❑ Jornais, revistas ou periódicos locais e regionais em circulação

_____

_____

_____

- ❑ Rádios e TVs locais e regionais ou retransmissoras

_____

_____

_____

- ❑ Internet via rádio, banda larga, etc.

_____

- ❑ Áreas com carência de disponibilidade dessas infraestruturas? Se sim, apontar quais.

_____

Aspectos Sociais

15 Saúde

15.1 Equipamentos de saúde do município

- ❑ Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde/ Hospital / Maternidade (nome/número/localização)

- ❑ Condições da estrutura física (apontar de cada equipamento de forma individualizada, tabela 1 abaixo)
- ❑ Condições dos equipamentos (carros/ambulância/maquinário/outros) (apontar de cada equipamento de forma individualizada – tabela 2 abaixo)
- ❑ Equipamentos, oferta e qualidade dos serviços de transporte a outros centros
- ❑ Hospitais Regionais que atendem o município
- ❑ Mapa com a localização dos equipamentos de saúde existentes no município.

Tabela 1 – Relação dos equipamentos (unidades básicas de saúde, hospitais, centro de saúde, UPA)

Nome da Unidade de Saúde	Localização	Ano de implantação	Condições da estrutura física	Necessidades para atendimento da demanda atual

Tabela 2 – Relação dos equipamentos (carros, ambulância, ônibus, vans, etc.)

Equipamento	Ano de Aquisição	Condições/vida útil	Necessidades para atendimento da demanda atual

- ❑ Recursos humanos para atendimento à população: número de profissionais por equipamento de saúde (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, etc.). Atende à demanda? Qual a evolução que se teve nos últimos 10 anos? Apresentar preferencialmente os dados em tabelas.

15.2 atendimento

- ❑ Número de ocorrências por unidade (se houver histórico dos últimos anos, favor enviar)
- ❑ Principais doenças
- ❑ Programas de prevenção e resultados já alcançados
- ❑ Os equipamentos existentes atendem à demanda atual? Qual região/bairro carece de atendimento?
- ❑ Obras em andamento, previsões e ampliações

_____

_____

_____

16 Assistência Social

16.1 Equipamentos e Estrutura de Atendimento

- ❑ Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) (número/localização/atividades/ano de instalação)
- ❑ Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (número/localização/atividades/ano de instalação)
- ❑ Centro de Múltiplo Uso (número/localização/atividades/ano de instalação)
- ❑ Outros equipamentos existentes no município (Casa Lar, abrigo de idosos, entre outros)
- ❑ Mapa com a localização dos equipamentos de assistência social

16.2 Programas existentes no município

- ❑ Descrição dos programas de assistência social existentes
- ❑ Abrangência dos programas
- ❑ Quais os avanços/resultados obtidos que se teve no município com as ações implementadas ao longo dos últimos 10 anos?

_____

_____

_____

17 Educação

17.1 Número de escolas (Públicas e Particulares)

- ❑ Pré-escolar e infantil
- ❑ Fundamental
- ❑ Médio
- ❑ Superior
- ❑ Escolas Especiais
- ❑ Mapa com a localização dos equipamentos de educação

Tabela: Relação dos estabelecimentos de ensino existentes no município.

Nome da Escola (incluir a esfera – federal, estadual ou municipal - e particular	**Modalidade de ensino** (educação infantil, fundamental, fundamental – anos finais, ensino médio, superior, técnico, especial)	**Localização** (Rua, bairro, área urbana, rural)	**Ano de instalação**

Tabela: Relação dos estabelecimentos de ensino e condições.

Nome da Escola (incluir a esfera – federal, estadual ou municipal - e particular	**Condições da estrutura física**	**Condições dos equipamentos**	**Necessidades**

17.2 Número de alunos

- ❑ Pré-escolar e infantil
- ❑ Fundamental
- ❑ Médio
- ❑ Superior
- ❑ Programa de alfabetização de adultos
- ❑ Especiais

Tabela: número de alunos matriculados existentes no município por equipamento de ensino

Nome da Escola (incluir a esfera – federal, estadual ou municipal - e particular	**Localização (urbana e rural)**	**Número de alunos matriculados (2019)**

- ❑ Histórico do número de matrículas por modalidade de ensino e por escola (se for possível) dos últimos 10 anos.
- ❑ Há evasão escolar? Houve diminuição ao longo dos últimos 10 anos? Quais foram as ações implementadas para se obter a situação atual?

_____
_____

17.3 Estruturas Educacionais

- ❑ Ginásio de Esportes (nome/localização/capacidade/atividades)
- ❑ Condição de cada uma dessas estruturas? Demandas?
- ❑ Mapa com a localização dessas estruturas

17.4 Programas educacionais

- ❑ Descrição dos programas educacionais existentes
- ❑ Abrangência dos programas
- ❑ Quais os resultados positivos já alcançados com a implementação desses programas? Há necessidade de manutenção deles?

_____

_____

_____

18 Segurança Pública

18.1 Programas de Segurança Pública

- ❑ Descrição dos programas de segurança pública existentes
- ❑ Abrangência dos programas

18.2 Estrutura Física

- ❑ Quantidade e Localização (se possível mapeamento)
- ❑ Condições da estrutura e quadro pessoal

18.3 Crimes

- ❑ Número de crimes por tipologia (homicídio, roubo, pequenos delitos)
- ❑ Número de crimes por local de ocorrência

19 Cultura, Esportes e Lazer

19.1 Festividades

- ❑ Temática, local, datas
- ❑ Público e polarização regional

19.2 Patrimônio Histórico

- ❑ Edificações/locais de valor histórico (localização, dados)
- ❑ Relação de bens tombados no município (localização, dados)

19.3 Clubes Sociais e Recreativos

- ❑ Localização

19.4 Estrutura Religiosa

- ❑ Igrejas e Templos (nome/localização/mapeamento)

19.5 Estrutura Esportiva

- ❑ Ginásio / Quadra de Esportes (localização/capacidade/atividades)
- ❑ Canchas Esportivas (localização/capacidade/atividades)
- ❑ Campos de Futebol (localização/capacidade/atividades)
- ❑ Autódromo (localização/capacidade/atividades)
- ❑ Outros (nome/localização/capacidade/atividades)
- ❑ Mapa com a localização desses equipamentos
- ❑ Preenchimento da tabela:

Tabela: Relação dos equipamentos de esporte e lazer existentes no município.

Equipamento (ginásio, clube, campo de futebol, etc.)	Localização (urbana e rural)	Ano de instalação	Condições físicas	Necessidades

19.6 Estrutura Cultural

- ❑ Centro Cultural / Casa da Cultura / Museu (localização/capacidade/atividades)
- ❑ Mapa com a localização desses equipamentos
- ❑ Preenchimento da tabela:

Tabela: Relação dos equipamentos de cultura existentes no município.

Equipamento	Localização (especificar também se urbano ou rural)	Ano de instalação	Condições físicas	Necessidades

19.7 Estrutura de lazer

- ❑ Parques e praças (localização, capacidade, atividades)

19.8 Programas e Atividades

- ❑ Campeonatos
- ❑ Escolinhas
- ❑ Calendário Esportivo
- ❑ Outros

19.9 Pontos Turísticos

- ❑ Identificação de pontos de atração turística (urbano e rural) (localização/atividades)
- ❑ Estrutura de cada ponto turístico / necessidades.

19.10 MAPAS

- ❑ Mapas de escolas, postos de saúde, e demais equipamentos em funcionamento na situação atual

20 Indústria

- ❑ Cadastro das atividades industriais (nome/atividade/localização/ano de instalação)
- ❑ Cooperativas industriais (nome/associados/localização/ano de instalação)
- ❑ Parque/Distrito Industrial (localização/regulamentação/ano de instalação)
- ❑ Controle e monitoramento das atividades (existência/resultados)

21 Comércio e Serviços

- ❑ Cadastro dos estabelecimentos de comércio (nome/principal atividade/localização)
- ❑ Cadastro dos estabelecimentos de serviços (nome/principal atividade/localização)

22 Emprego e Renda

- ❑ População economicamente ativa
- ❑ Número de empregos de acordo com a atividade
- ❑ Remuneração média

23 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- ❑ Qual foi a última atualização da Lei de estrutura administrativa. (Anexar cópia em papel e/ou cópia digital)
- ❑ A prefeitura municipal tem um Organograma atualizado com a representação de todos os órgãos funcionais? Em caso de existência favor anexar uma cópia papel e/ou cópia digital.
- ❑ A estrutura administrativa atual atende às necessidades para a implementação do PDM em vigor? Quais as necessidades? Em quais setores?

_____
_____
_____

- ❑ Em relação aos procedimentos de gestão administrativa interna, na prefeitura, existe a realização de encontros periódicos entre o prefeito, secretários e assessores? Em caso afirmativo, como é feito o registro dessas discussões, acompanhamento das decisões, e em que periodicidade as reuniões acontecem e qual finalidade dessas discussões?
- ❑ Com relação à comunidade local qual a periodicidade e finalidade de reuniões com as organizações de bairros, diligentes empresariais, sociedade organizada, audiências públicas?

24 ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Sinalize a existência das variáveis abaixo:

Identificação de Banco de Dados (Informatizados)	Fornecedor	Nome do Sistema Utilizado (*)	Valor de Manutenção Mensal (R$ 1,00) (**)
Cadastro de alvarás			
Cadastro de funcionários			
Cadastro de ISS			
Cadastro e ou banco de dados da educação			
Cadastro e ou banco de dados de patrimônio			
Cadastro e ou banco de dados de saúde			
Cadastro imobiliário IPTU			
Contabilidade			
Controle da execução orçamentária			
Folha de pagamento			
Outros sistemas (***)			

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na tecla "TAB"

Nota: (*) Informar o nome do sistema utilizado, caso de existência.

(**) Informar qual o custo mensal e/ou não existe custo

(***) Informar se faz uso de outros sistemas não mencionados na tabela acima.

O sistema municipal de planejamento contido na lei do PDM, foi implementado? Está adequado? Quais alterações/inclusões que deverão ser feitas?

_____

_____

_____

25 Levantamento de equipamentos de informática

Relacionar a **quantidade** dos equipamentos de informática em cada área de atuação:

Órgão	Computadores	Impressoras	Gravador CD	Scanner	Leitor Código de Barra

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na tecla "TAB"

Questionário complementar:

3.1. A Prefeitura faz uso de Software livre:

( ) Sim, quais:_____
( ) Não

3.2. A Prefeitura atua em rede (on-line) com sua estrutura administrativa?

( ) Sim
( ) Não

3.3. A Prefeitura possui site oficial?

( ) Sim. Desde: ____/____/_____
( ) Não

3.4. Quais as informações e recursos disponibilizados no site oficial da Prefeitura?

_____

_____

_____

26 Cadastro Técnico Imobiliário

Variáveis	___/____
Cadastro Imobiliário existência (sim ou não)	
Número de unidades prediais cadastradas	
Número de unidades territoriais cadastradas	
Unidades prediais e territoriais cadastradas separadamente ou em conjunto	

OBS: Inserir a atualização mais recente destas informações identificando o mês e ano a que se refere.

27 Consórcios Intermunicipais

Consórcio Intermunicipal	___/___
Consórcio para coleta de lixo	
Consórcio para aquisição ou uso de máquinas e equipamentos	
Consórcio para atendimento na área de educação	
Consórcio para atendimento na área de saúde	
Consórcio para coleta de resíduo especial	
Consórcio para coleta seletiva de resíduos	
Consórcio para habitação	
Consórcio para limpeza urbana	
Consórcio para processamentos de dados	
Consórcio para reciclagem de resíduos	
Consórcio para remoção de entulhos	
Consórcio para serviços de abastecimento de água	
Consórcio para serviços de esgotamento sanitário	
Consórcio para tratamento ou disposição final de resíduos sólidos	
Número de consórcios na área da saúde	
Participação de recursos financeiros do Estado ou do Governo Federal de Consórcios de Saúde	
Outros – Quais?	

OBS: * Inserir a atualização mais recente destas informações identificando o mês e ano a que se refere.

28 Terceirização

Terceirização	____/_____
Coleta de resíduo domiciliar	
Coleta de resíduo hospitalar	
Coleta de resíduo industrial	
Contabilidade	
Limpeza dos prédios da administração municipal	
Manutenção de estradas ou vias urbanas	
Obras civis	
Processamento de dados	
Segurança dos prédios da administração municipal	
Serviço de abastecimento de água	
Serviço de esgotamento sanitário	
Serviço de advocacia	
Outros serviços. Quais?	

OBS: * Inserir a atualização mais recente destas informações identificando o mês e ano a que se refere.

29 Inadimplência municipal

Nível de Inadimplência	____/____
Inadimplência em relação à arrecadação do ISS (%).	
Inadimplência em relação à arrecadação do IPTU (%).	
Inadimplência em relação à arrecadação do ITBI (%).	
Quantidade de instituições com o Alvará vencido.	

OBS: Inserir a atualização mais recente destas informações identificando o mês e ano a que se refere.

Questionário complementar:

4.1. A Prefeitura possui um programa de incentivos para o contribuinte manter o pagamento de tributos em dia?

( ) Sim, quais?_____

( ) Não

4.2. A Prefeitura possui um programa de incentivos para o contribuinte quitar os seus débitos?

( ) Sim, quais?_____

( ) Não

30 Base tributária e financeira

As planilhas a seguir deverão ser preenchidas por completo. Os dados serão utilizados para caracterizar a situação das contas públicas do Município identificando as ações necessárias para otimização dos recursos do tesouro municipal.

30.1 Receitas Arrecadadas e Estimadas

RECEITAS	2022 Arrecadada	2023 Arrecadada	2024 Estimada
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária			
IPTU			
IRRF			
ITBI			
ISS			
Taxas			
Contribuição de Melhoria			
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Serviços de Saúde			
Outros			
Transferências Correntes			
Da União			
Cota-parte FPM			
Cota-parte ITR			
Cota-parte IPI			
Desoneração - LC 87/96			
Transferências SUS			
Transferências FNAS			
Transferências FNDE			
Outras Transferências			
Do Estado			
Cota-parte ICMS			
Cota-parte IPVA			
Cota-parte IPI Exportação			
Salário-Educação			
Outras Transferências			
Multigovernamentais			
Transferências FUNDEF			
Transferências de Convênios			
Outras Transferências			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
DEDUÇÕES DA RECEITA / FUNDEF			
Total			

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2022, 2023...

30.2 Despesas Realizadas e Estimadas Por Grupo

DESPESAS	2022 Arrecadada	2023 Arrecadada	2024 Estimada
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais			
Juros e Encargos da Dívida			
Outras Despesas Correntes			
Material de Consumo			
Serviços de Consultoria			
Outros Serviços de Terceiros – P. Física			
Locação de Mão-de-Obra			
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica			
Sentenças Judiciais			
Despesas de Exercícios Anteriores			
Outras despesas			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos			
Obras e Instalações			
Equipamentos e Material Permanente			
Outros investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Total			

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2022, 2023 ...

30.3 Despesas Realizadas e Estimadas Por Função de Governo

DESPESAS	2022 Arrecadada	2023 Arrecadada	2024 Estimada
01 – LEGISLATIVA			
02 – JUDICIÁRIA			
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA			
04 – ADMINISTRAÇÃO			
05 – DEFESA NACIONAL			
06 – SEGURANÇA PÚBLICA			
07 – RELAÇÕES EXTERIORES			
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL			
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL			
10 – SAÚDE			
11 – TRABALHO			
12 – EDUCAÇÃO			
13 – CULTURA			
14 – DIREITOS DA CIDADANIA			
15 – URBANISMO			
16 – HABITAÇÃO			
17 – SANEAMENTO			
18 – GESTÃO AMBIENTAL			
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA			
20 – AGRICULTURA			
21 – ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			
22 – INDÚSTRIA			
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS			
24 – COMUNICAÇÕES			
25 – ENERGIA			
26 – TRANSPORTE			
27 – DESPORTO E LAZER			
28 – ENCARGOS ESPECIAIS			
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Total			

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2022, 2023...

30.4 Resultados e Metas Fiscais

ITEM	2022 Arrecadada	2023 Arrecadada	2024 Estimada
Resultado Orçamentário			
Resultado Primário			
RCL – Receita Corrente Líquida			
Despesas com Pessoal e Encargos			
Despesas com Saúde			
Despesas com Educação			
Despesas com Serviços da Dívida (juros, correção e amortizações)			
Disponibilidades Financeiras			
Dívida Flutuante: - Restos a Pagar - Antecipação da Receita Orçamentária ARO - Outras dívidas			
Dívida Fundada: - Interna - Externa			
Total			

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2018, 2019 ...

30.5 Cronograma de Desembolsos Financeiros

Contratos e Objetos Financiados	Cronograma	Saldo da Dívida	Juros e Correção da Dívida	Amortização da Dívida	Desembolso Total
Contrato XXX - CEF	Em 2019 Em 2020 Em 2021 Em 2022 Em 2023				
Contrato YYY - BNDES	Em 2019 Em 2020 Em 2021 Em 2022 Em 2023				
OUTROS	Em 2019 Em 2020 Em 2021 Em 2022 Em 2023				
Total					

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2019, 2020, ...

30.6 Projetos em Andamento

DESCRIÇÃO DOS PROJETOS	Fonte de Recurso	Investimento Total	Valor Já Realizado	Início	Término
Total					

31 Recursos humanos

Composição do Quadro Pessoal da Administração Direta	_____/2024
Total de funcionários ativos da administração direta	
Composição do Quadro Pessoal da Administração Indireta	_____/2024
Total de funcionários ativos da administração indireta	
Funcionários Inativos	_____/2024
Instituto ou Fundo Municipal de Previdência para os funcionários da prefeitura?	
Total de aposentados	
Total de pensionistas	
Nível de Escolaridade dos Funcionários Ativos da Administração Direta	_____/2024
Ensino Fundamental	
Ensino Médio	
Ensino Superior	
Total de funcionários	

Vagas para Cargos Efetivos na Prefeitura	_____/2024
Número de vagas existentes	
Número de vagas ocupadas	
Número de vagas necessárias	
Vagas para Cargos Comissionados na Prefeitura	_____/2024
Número de vagas existentes	
Número de vagas ocupadas	
Número de vagas necessárias	

Questionário complementar:

8.1. A prefeitura dispõe de Regime Jurídico Único para os Servidores Municipais?

( ) Sim (anexar cópia da legislação pertinente)
( ) Não

8.2. A prefeitura dispõe de um Plano de Cargos e Salários que contemple todos os servidores municipais?
( ) Sim (anexar cópia da legislação pertinente)
( ) Não

8.3. A prefeitura utiliza sistema de avaliação de desempenho para progressão funcional?

( ) Sim (anexar cópia do instrumento de avaliação)
Como ocorre?_____
Qual a Periodicidade?_____
( ) Não

8.4. A prefeitura atua com programa de capacitação de seus funcionários?

( ) Sim (anexar cópia do documento regulador - caso tenha sido formalizado)
Como ocorre?_____
( ) Não

8.5. A prefeitura realiza levantamento das necessidades de treinamento do quadro de pessoal para adequação de suas atividades?
( ) Sim. Como isto ocorre?_____
( ) Não

8.6. A prefeitura já realizou o mapeamento de competências de seus funcionários?

( ) Sim. Quando ocorreu última atualização _____
(...) Está realizando
( ) Nunca realizou

8.7. Baseado nas atividades já realizadas ou que vêm realizando quais foram os resultados obtidos? Quais as necessidades atuais?

_____
_____
_____

32 Organização Participativa

Favor informar a Lei que institui os Conselhos e Fundos municipais:

Áreas:	Lei de criação (*):		
	Conselho Municipal		Fundo Municipal
Política Urbana ou Desenvolvimento Urbano			
Promoção do Desenvolvimento Econômico			
Assistência Social			
Cultura			
Direito das Crianças e Adolescentes			
Educação			
Emprego e Trabalho			
Habitação			
Meio Ambiente			
Saúde			
Transporte			
Turismo			
Outras Áreas não citadas:			

(*) Anexar as Legislações referentes à criação e alterações dos Conselhos Municipais
OBS: para acrescentar novas linhas clicar na linha e clicar “TAB”

De acordo com a existência dos Conselhos citados acima, favor informar o envolvimento/participação desses na elaboração de políticas públicas.

Conselhos Municipais	Descreva qual o nível de envolvimento dos Conselhos na Formulação de Políticas Públicas do Município.	Quantidade de Conselheiros	Periodicidade de Reuniões

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na linha e clicar “TAB”

Favor citar o envolvimento e/ou participação da Comunidade Organizada:

Demais Organizações Participativas (associações, lideranças da comunidade, sindicatos etc.)	Breve descrição da participação da organização no planejamento e execução municipal	Quantidade	Área de Atuação

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na linha e clicar “TAB”

Questionário complementar:

32.1 A prefeitura mantém reuniões periódicas com a comunidade organizada?

( ) Sim: Periodicidade:_____
( ) Não existe.

32.2 Existe no município Fórum de Desenvolvimento Local?

_____

Em caso afirmativo, favor informar: a data de criação, entidades envolvidas, periodicidade de reuniões, objetivos a atingir e ou outra informação que julgar necessário.

32.3 O Conselho da Cidade se reúne periodicamente? Quais os principais assuntos tratados? qual é a data (dia da semana) das reuniões?

_____

Em caso afirmativo, favor informar: a data de criação, entidades envolvidas, periodicidade de reuniões, regimento, e se possível cópia das ATAs.

33 Documentos e Legislações

A seguir, apresentamos uma **relação de documentos e legislações que deverão ser fornecidas** (cópia arquivo eletrônico) **à equipe da consultoria** que está revisando o PDM.

Documentos e Informações	Existência (Sim ou Não)
Lei Orgânica Municipal da Cidade e Regulamentações	
Lei Municipal que dispõe sobre o Uso do Solo	
Lei Municipal que dispõe sobre o Parcelamento do Solo	
Lei Municipal que dispõe sobre o Sistema Viário	
Leis Municipais que dispõe sobre o Perímetro Urbano e a Expansão Urbana – disponibilizar as alterações ocorridas nos últimos 10 anos	
Lei Municipal que dispõe sobre o Código de Edificações e Obras	
Lei Municipal que dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Cultural	
Lei Municipal que dispõe sobre o Código de Posturas	

Lei Municipal que dispõe sobre a Estrutura Administrativa	
Lei Municipal que dispõe sobre o Regimento Interno	
Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores	
Lei Municipal que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários	
Leis e Decretos Municipais que criam e regulam os Fundos Municipais	
Leis e Decretos Municipais que criam e regulam os Conselhos Municipais	
Lei Municipal que dispõe sobre o Código Tributário do Município (incluem leis, decretos e portarias específicas)	
Plano de Governo (proposta eleitoral; plano de 100 dias; plano de 12 meses; etc)	
Planos Plurianuais (com todos anexos de prioridades e metas fiscais)	
Lei de Diretrizes Orçamentárias (com todos anexos de prioridades e de metas fiscais)	
Lei Orçamentária Anual (com anexo 1 consolidado da Prefeitura)	
Organograma Atual da Prefeitura	
Plano de Obras, planos operacionais e/ou outros instrumentos utilizados pela prefeitura na administração da cidade.	
Plano Diretor de Informática - PDI.	
Planos setoriais (saneamento básico, habitação, etc.)	
Projetos de Lei em tramitação na Câmara Municipal que disponham sobre Uso e Ocupação do Solo, Planejamento Público, Posturas e Obras e demais temas de relevância. (*)	
Decretos municipais disponham sobre Uso e Ocupação do Solo, Planejamento Público, Posturas e Obras e demais temas de relevância. (*)	
Legislações municipais de regulamentação de instrumentos urbanísticos e regularização fundiária do Estatuto da Cidade	
Legislações Estaduais que se vinculam ao Município.	

(*) Compreende todas as legislações do Município, as alterações, decretos, regulamentações, principalmente as que se relacionam com meio ambiente, recursos naturais, uso e ocupação do solo urbano e rural, infraestrutura e serviços urbanos e regionais; paisagem, serviços sociais, habitação, setores produtivos, turismo, emprego e renda, administração pública, base tributária e financeira, recursos humanos, organização Participativa, leis que alteram as leis anteriores.

Revisão do
Plano Diretor Municipal
de Limeira - SP

Anexo B

Revisão do Plano Diretor Municipal de Limeira – SP | Checklist Rural

Índice

Aspectos Territoriais 98

1 Uso do Solo Rural 98

1.1 Localidades Rurais e Distritos 98

1.2 Estrutura fundiária da área rural (Modulo Fiscal em Limeira) 98

Aspectos Agrossilvipastoris 99

2 Atividade Agrossilvipastoril 99

2.1 Principais atividades agrossilvipastoris desenvolvidas no município 99

2.2 OCUPAÇÃO/ATIVIDADE 100

3 Organização 101

3.1 Existem organizações dos produtores rurais? 101

3.2 Atividades de integração ou parcerias com empresas ou governo de estado? (Ex: Sadia, laticínios, cana, café, etc.) 101

3.3 Há prática da agricultura orgânica? (quantos produtores? qual região? algum incentivo? feiras?) 101

4 Valor da terra 101

4.1 Qual o preço médio da terra? 101

5 Secretaria da Agricultura 102

5.1 Principais Programas desenvolvidos pelo Departamento Agropecuário (estado ou município) 102

1 Uso do Solo Rural

1.1 Localidades Rurais e Distritos

Localidades rurais (comunidades/linhas rurais) ou Distritos: número aproximado de famílias/habitantes, estrutura e infraestrutura das localidades (escolas, postos de saúde, igreja, espaços de lazer, pavimentação, coleta de lixo, outros)

Nome da Localidade	Distância da sede	População estimada	Infraestrutura (escola, posto de saúde, coleta de lixo, asfalto, linha de ônibus, centro comunitário)	Nome de algum líder ou contato (telefone)	Outras estruturas como: igrejas, lazer, turismo (cite quais tem)

1.2 Estrutura fundiária da área rural (Modulo Fiscal em Limeira)

- ❑ Tamanho das propriedades: predominantes (quantas são pequenas propriedades, médias e grandes e qual o tamanho de cada uma)
  _____pequena propriedade (imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais)
  _____média propriedade (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais),
  _____grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais
  _____minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal.

- ❑ Aspectos de Infraestrutura que as propriedades rurais possuem (casa principal, casa caseiro, deposito, poço, lago, mangueira, etc.)

_____

_____

_____

_____

2 Atividade Agrossilvipastoril

2.1 Principais atividades agrossilvipastoris desenvolvidas no município

❑ AGRICULTURA

Nº de produtores	Tipos de produção	Quantidades produzidas	Observações

❑ PECUÁRIA

Nº de produtores	Tipos de produção	Quantidades produzidas	Observações

❑ SILVICULTURA (nº de produtores, tipos de produção, quantidades produzidas)

Nº de produtores	Tipos de produção	Quantidades produzidas	Observações

❑ Outros_____

_____

_____

_____

_____

_____

2.2 OCUPAÇÃO/ATIVIDADE

❑ Tem problemas nas áreas ocupadas por atividade agrícola e por reflorestamento? (margem de rio ou nascente sendo utilizada, escassez de água, etc.)

_____

_____

_____

❑ Capacidade de ampliação da atividade (possui áreas para ampliar as atividades? Quais seriam as tendências que são percebidas - gado, grãos...)?

_____

_____

_____

❑ Como está o uso de agrotóxico? Sabe de algum estudo específico na região? Percebe um aumento do uso? Em relação às embalagens e a lavagem estão acontecendo de forma adequada?

_____

_____

_____

❑ Percebe-se muitas áreas de erosão? Em que situações e em quais regiões mais se percebe?

_____

_____

_____

❑ Percebe-se práticas mais conservacionistas no plantio? Ou na prática da pecuária?

_____

_____

_____

❑ As margens de rios estão protegidas no geral? Como se percebe a questão da proteção das margens e nascentes?

_____

_____

_____

3 Organização

3.1 Existem organizações dos produtores rurais?

❑ Cooperativas (quantas e quais)

_____

_____

_____

_____

_____

_____

❑ Associações de produtores (quantas e quais)

_____

_____

_____

❑ Sindicato dos produtores (quanto e quais)

_____

_____

_____

3.2 Atividades de integração ou parcerias com empresas ou governo de estado? (Ex: Sadia, laticínios, cana, café, etc.)

_____

_____

_____

3.3 Há prática da agricultura orgânica? (quantos produtores? qual região? algum incentivo? feiras?)

_____

_____

_____

4 Valor da terra

4.1 Qual o preço médio da terra?

❑ Em moeda corrente (R$)_____

❑ Em sacas de alguma atividade (exemplo: milho, arroz, etc)?_____

5 Secretaria da Agricultura

5.1 Principais Programas desenvolvidos pelo Departamento Agropecuário (estado ou município)

❑ Programas municipais

❑ Patrulha rural (quantos equipamentos? Para as vias ou para as propriedades também?)

_____

_____

❑ Palestras (quais principais temas?)

_____

_____

❑ Extensão rural (quais produções predominam?)

_____

_____

❑ Outros como PIA - Programa de Inseminação Artificial? Correção do solo?

_____

_____

_____

Revisão do
Plano Diretor Municipal
de Limeira - SP

Anexo C

Conselhos Indicados pela Equipe Técnica Municipal

1. Conselho do FUNDEB, vinculado à Secretaria Municipal de Educação;

2. Conselho de Alimentação Escolar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação;

3. Conselho Municipal de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação;

4. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;

5. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;

6. Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação;

7. Conselho do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação;

8. Conselho Municipal de Desenvolvimento do Transporte Público de Limeira, vinculado à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana;

9. Conselho Municipal Antidrogas, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde;

10. Conselho Municipal dos Interesses do Cidadão Negro, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura;

11. Conselho Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde;

12. Conselho Municipal de Assistência Social, vinculado ao Centro de Promoção Social Municipal;

13. Conselho Municipal da Condição Feminina, vinculado ao Centro de Promoção Social Municipal;

14. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado ao Centro de Promoção Social Municipal;

15. Conselhos Tutelares, vinculado ao Centro de Promoção Social Municipal;

16. Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência vinculado ao Centro de Promoção Social Municipal;

17. Conselho Municipal do Idoso vinculado ao Centro de Promoção Social Municipal;

18. Conselho Municipal de Política Cultural, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura;

19. Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Limeira, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura;

20. Conselho Municipal de Juventude, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação;

21. Conselho Municipal de Turismo, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação;

22. Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação;

23. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Animais, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;

24. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, vinculado ao Centro de Promoção Social Municipal;

25. Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, vinculado à Secretaria Municipal de Comunicação Social;

26. Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial Ambiental vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo;

27. Conselho Municipal de Esporte e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

28. Conselho de Regulação e Controle Social do Município de Limeira, vinculado à Secretaria

Municipal de Obras e Serviços Públicos;

29. Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania, vinculado à Secretaria Municipal de

Assuntos Jurídicos;

30. Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação;

31. Conselho Municipal de Contribuintes, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda.”

Revisão do
Plano Diretor Municipal
de Limeira - SP

Anexo D

Questionário

Revisão do Plano Diretor e elaboração da LUOS de Limeira/SP

O Plano Diretor é o "instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana" do município, e é regulamentado pela Lei Federal n.º 10.257/2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade. Ele orienta o crescimento e o funcionamento do município, garantindo o desenvolvimento das funções econômicas, sociais e ambientais, planejando assim, o futuro da cidade, que é definido por TODOS.
Ajude a construir uma cidade melhor preenchendo este questionário, é rápido e prático, não levará 5 minutos!

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Nome do(a) Participante *

3. Endereço *

4. Bairro/Localidade *

5. WhatsApp *

6. Há quanto tempo mora na cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Menos de 1 ano
- ◯ Entre 1 e 4 anos
- ◯ Entre 5 e 8 anos
- ◯ Mais de 9 anos
- ◯ Desde que nasci
- ◯ Outro: _____

Questionário

7. O que você mais gosta e se orgulha na sua CIDADE? Marque até 3 opções. *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Centro/comércio
- ☐ Gastronomia
- ☐ Povo
- ☐ Paisagem Natural (Rios, cachoeiras e Florestas, etc)
- ☐ Tranquilidade
- ☐ Atendimento nos serviços (educação, saúde, assistência social, etc)
- ☐ Festividades
- ☐ Comunidade
- ☐ Emprego
- ☐ Turismo
- ☐ Espaços e eventos esportivos (quadras, campos de futebol, etc.)
- ☐ Outras áreas de lazer (praças, parques...)
- ☐ Cultura
- ☐ Paisagem urbana
- ☐ História
- ☐ Outro: _____

8. O que você acha que pode melhorar na CIDADE, que você considera as questões mais problemáticas? Marque até 3 opções. *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Coleta e tratamento de esgoto
- [ ] Abastecimento de água
- [ ] Coleta de lixo
- [ ] Drenagem/alagamentos
- [ ] Ocupação em margem de rios
- [ ] Rua/pavimentação
- [ ] Calçadas (tipo, qualidade, falta...)
- [ ] Acessos à cidade
- [ ] Educação
- [ ] Saúde
- [ ] Serviços Sociais
- [ ] Habitação
- [ ] Apoio ao Turismo
- [ ] Emprego
- [ ] Lazer
- [ ] Sinalização
- [ ] Iluminação Pública
- [ ] Embelezamento (arborização e paisagismo)
- [ ] Acessos viários (ruas públicas, rodovias, etc)
- [ ] Espaços culturais e de eventos
- [ ] Transporte Público
- [ ] Trânsito
- [ ] Outro: _____

9. Avalie a forma como está a CULTURA em Limeira (cuidado com prédios históricos, espaços e eventos culturais, entre outros) *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
pés	◯	◯	◯	◯	◯	ótimo

10. Avalie o Atendimento no serviço de SAÚDE PÚBLICA na cidade (assinale a nota de 1 a 5, onde nota 1 significa atendimento péssimo e nota 5 atendimento ótimo)

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
pés	◯	◯	◯	◯	◯	ótimo

11. Avalie o Atendimento no serviço de EDUCAÇÃO PÚBLICA na cidade (assinale a nota de 1 a 5, onde nota 1 significa atendimento péssimo e nota 5 atendimento ótimo)

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
pés	◯	◯	◯	◯	◯	ótimo

12. Avalie o Atendimento no serviço de ASSISTÊNCIA SOCIAL na cidade (assinale a nota de 1 a 5, onde nota 1 significa atendimento péssimo e nota 5 atendimento ótimo)

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
pés	◯	◯	◯	◯	◯	ótimo

13. Avalie o Atendimento do TRANSPORTE COLETIVO da sua cidade? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
pés	◯	◯	◯	◯	◯	ótimo

14. Qual o principal meio de locomoção utilizado para ir ao trabalho ou à escola? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Transporte Coletivo
- ◯ Carro
- ◯ Bicicleta
- ◯ A pé
- ◯ Trabalho em casa/home office
- ◯ Transporte da empresa
- ◯ Transporte da Escola
- ◯ Outro: _____

15. Você conhece as normas para construir (zoneamento e código de obras) no município ? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

16. Você acredita que tem alguém que te represente no que se refere às questões da cidade (vereador, presidente da associação, sindicato, padre, outros...)? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

17. Caso tenha respondido à pergunta anterior com "Sim", quem é?

_____

18. Você sabe o que é um Plano Diretor? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

19. Você sabia que o município tem um Plano Diretor de 2009? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

20. Você fica sabendo dos eventos públicos realizados pela Prefeitura Municipal? (inauguração de equipamentos de saúde, educação, obras, entre outros).

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

21. Você participa dos eventos de revisão do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de seu município? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

22. Caso tenha respondido à pergunta anterior com "não", há algum motivo?

_____

23. Você conhece os canais de contato/comunicação existentes com a prefeitura de sua cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outro: _____

24. Você conhece ou já acessou o site da prefeitura ? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

25. Por onde você fica sabendo das notícias sobre a cidade? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Rádio
- ☐ Jornal
- ☐ Internet - Site da prefeitura
- ☐ Internet - Outros sites
- ☐ WhatsApp
- ☐ Internet - Instagram, facebook da Prefeitura
- ☐ Outro: _____

26. Quer participar do processo de melhoria e transformação de Limeira? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Talvez

27. Se SIM, de que forma quer participar? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Oficinas Participativas
- [ ] Audiências públicas
- [ ] Internet
- [ ] Outro: _____

28. Deixe aqui sugestões e comentários!

_____

_____

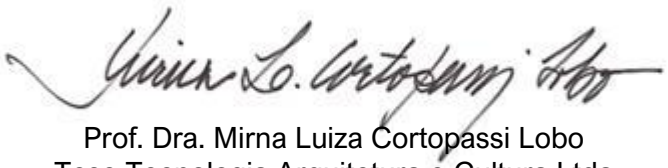
_____

_____

_____

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários



Prof. Dra. Mirna Luiza Cortopassi Lobo
Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda